



PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fonte: STCP



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Roberto Massa Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Rafael Valdomiro Greca de Macedo

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Everton Luiz da Costa Souza

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO NATURAL

Rafael Andreguetto

GERÊNCIA DE ÁREAS PROTEGIDAS

Jean Alex dos Santos

PARQUE ESTADUAL SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA

Alline Hlatki Perazzolo

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE MANEJO

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA.

Gerente da Divisão de Meio Ambiente

Bruno de Andrade Matuella

Coordenação Geral

Leticia Karmann Monteiro de Almeida Ulandowski

Flora

André Luís de Gasper
Guilherme Salgado Grittz
Luciano Moreira Ceolin
Sergio Sakagawa

Fauna

Alberto Urben Filho
Sérgio Augusto Abrahão Morato
Urubatan Moura Skerratt Suckow

Meio Físico

Felipe Chandelier
Fernanda Caroline Borato Xavier
Gabrielle Amanda Poi

Meio Antrópico

Aline Martinhago
Daniel Thá
Rafael Duarte Kramer

Uso Público

Aline Martinhago
Cássia Santana Ribeiro
Isis de Cristo

Organização e Conteúdo do Plano de Manejo

Elífaz Harã Rosário Oliveira
Sérgio Augusto Abrahão Morato

Arte Visual

Ana Carolina Soares Vicentini

Moderação

Letícia K. Monteiro de Almeida Ulandowski

Sistema de Informações Geográficas

Dyulem Pedroso
Filipe Hasselmann de Oliveira
Juliana Boschiroli Lamanna Puga

SUMÁRIO

PARTICIPANTES DA OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO7

MISSÃO DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA8

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 Contexto da Elaboração do Plano de Manejo..... 11

1.2 Elementos do Plano de Manejo 13

2 PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS 17

2.1 Breve descrição da UC..... 18

2.2 Propósito 22

2.3 Declarações de Significância 23

2.4 Recursos e Valores Fundamentais 24

3 PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS..... 27

3.1 Análise dos Recursos e Valores Fundamentais 27

3.2 Análise das Questões-chave..... 30

4 PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS 33

4.1 Zoneamento Interno e Normas Específicas 33

4.1.1 Zona de Conservação..... 35

4.1.2 Zona de Infraestrutura..... 36

4.1.3 Zona de Uso Divergente..... 38

4.1.4 Zona de Amortecimento 40

4.2 Normas Gerais..... 41

4.3 Atos Legais e Administrativos 45

5 REFERÊNCIAS..... 51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Elementos que compõem um Plano de Manejo	14
Figura 2	Localização do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	18
Figura 3	Distribuição das Zonas do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	34
Figura 4	Zona de Conservação do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	35
Figura 5	Zona de Infraestrutura do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	37
Figura 6	Zona de Uso Divergente do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	39
Figura 7	Zona de Amortecimento do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ficha técnica do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança.....	17
Tabela 2	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Atrativos Turísticos.....	27
Tabela 3	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Biodiversidade	28
Tabela 4	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Meio Físico	29
Tabela 5	Análise das questões-chave para a gestão do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	30
Tabela 6	Zonas do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança	34

ANEXOS

Anexo 1 – Mapas Temáticos:

- Áreas Protegidas
- Base Cartográfica
- Carta Imagem
- Declividade
- Drenagem
- Geologia
- Geomorfologia
- Hipsometria
- Riscos Climáticos
- Solos
- Uso e Cobertura da Terra
- Vegetação
- Vulnerabilidade Geoambiental
- Zoneamento

Anexo 2 – Lista de Espécies de Flora

Anexo 3 – Listas de Espécies de Fauna

PARTICIPANTES DA OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Alexandre Rafael Marcante – Prefeitura Municipal de Prudentópolis
Alline Hlatki Perazzolo – Instituto Água e Terra
Ana Carolina Soares Vicentini – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Ana Letícia Aniceto Lowen – Instituto Água e Terra do Paraná
Anderson de Carvalho – Associação de Produtores Rurais de Guarapuava
Bruno Vinícius Banhuk – Caetê Vida ao Ar Livre
Caroline Maia Salido – Instituto Água e Terra do Paraná
Caroline Prochnau – Secretaria de Turismo do Paraná
Claudiane Horodenski Soares – Secretaria de Turismo do Paraná
Cleri Aparecida Oliveira – Câmara Municipal de Guarapuava
Cristiane Guimarães Boiko Rossetim – Secretaria Municipal de Turismo de Prudentópolis
Elifaz Harã Rosário Oliveira – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Elizabeth Machado – Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava e Revista Visual
Gabriele Vidolin dos Santos – Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná
Germano Toledo Alves – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarapuava
Ilda R. de Camargo – Associação de Produtores Rurais Orgânica Sempre Verde
Isabela Cruz – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Jairo Macedo – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
Jhony Caike Ramalho – Corpo de Bombeiros
Joel Marcos Gross – Associação de Produtores Rurais de Guarapuava
José Aderli Paz de Camargo – Associação de Produtores Rurais Orgânica Sempre Verde
Katriane Mila – Secretaria de Turismo e Eventos de Guarapuava
Letícia Ulandowski – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Lorena Maria Penna Frandini – Instituto Água e Terra do Paraná
Luciane Rosas – Secretaria de Turismo do Paraná
Márcio de Sequeira – Guarapuava
Marcos Antônio Silva – Instituto Água e Terra do Paraná
Maria Eli da Silva – Associação de Produtores e Moradores de Guairaca
Mariana Pizzatto – Secretaria de Turismo e Eventos de Guarapuava
Oksana Jadvizak – Secretaria Municipal de Turismo de Prudentópolis
Patrícia Souza de Lima – Associação de Turismo Rural Caminho de São Francisco
Rafael Andreguetto – Instituto Água e Terra do Paraná
Rafael Balestieri – Coordenação do Patrimônio Cultural
Rafael Illenseer – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Rafaela Loezer Sanches – Secretaria de Turismo do Paraná
Renata Antonia Paz Herzer – Instituto Água e Terra do Paraná
Ricardo Cristoforu – Prefeitura Municipal de Turvo
Rodrigo Hohl Mendes – Caetê Vida ao Ar Livre
Selba Perez Lopes – Secretaria de Meio Ambiente de Guarapuava
Sérgio Augusto Abraão Morato – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Silvionei de Quadros – Câmara Municipal de Guarapuava
Terezinha Dos Santos Daiprai – Câmara Municipal de Guarapuava
Vilmar Ribeiro – Prefeitura Municipal de Turvo
Wagner Andrade de Oliveira – Instituto Água e Terra do Paraná
Wagner Henrique dos Santos – Câmara Municipal de Guarapuava
Willerson Raphael Giacomitti Gavino – Prefeitura Municipal de Pinhão

MISSÃO DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA

A missão do Instituto Água e Terra (IAT) é proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental paranaense, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. O IAT é um órgão da administração direta do Poder Executivo do Estado do Paraná, dotado de personalidade jurídica de direito público interno, instituída pela Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019.

Cabe ao IAT, dentre outras atribuições, executar as ações do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pelo estado. Além disso, é de responsabilidade da instituição fomentar e executar estratégias para a melhoria da qualidade ambiental e para o uso sustentável dos recursos naturais, programas de educação ambiental, conhecimento científico, proteção, preservação e conservação da biodiversidade nas UC do estado do Paraná e o exercício do poder de polícia administrativa ambiental.

O Estado do Paraná possui 73 UC estaduais, sob gestão do IAT, sendo 53 pertencentes ao grupo de proteção integral (7 Estações Ecológicas, 1 Reserva Biológica, 4 Reservas Florestais, 2 Monumentos Naturais, 38 Parques Estaduais e 1 Refúgio de Vida Silvestre) e 20 ao grupo de uso sustentável (3 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 1 Área de Interesse Turístico, 9 Áreas de Proteção Ambiental, 4 Florestas Estaduais e 3 Hortos Florestais). Essas UC têm, dentre suas atribuições, o objetivo de promover a conservação e pesquisa da biodiversidade, da água, do solo, da regulação do clima, da geração de energias renováveis e da produção de medicamentos, gerando mais renda e lazer para cidadãos e visitantes.



01

APRESENTAÇÃO DO
PARQUE ESTADUAL
SALTO SÃO FRANCISCO
DA ESPERANÇA

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA

1 INTRODUÇÃO

O Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança (PESSFE), inicialmente denominado como Parque Estadual da Serra da Esperança, foi criado pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto Estadual nº 9.110, de 23 de dezembro de 2010. Posteriormente, por meio do Decreto Estadual nº 9.668, de 06 de dezembro de 2021, a área da UC manteve-se a mesma de, aproximadamente, 6.939,0176 hectares, envolvendo os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Parques Estaduais têm por objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Pertencem ao grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI) e são de posse e domínio públicos. Entretanto, nos atos legais de criação das Unidades de Conservação, geralmente, está descrito os objetivos da referida UC. No caso do PESSFE, o Decreto de Criação descreve como objetivo geral “a preservação dos ecossistemas naturais abrangidos pela sua relevância ecológica e beleza cênica, e como objetivo específico a proteção integral do remanescente de Floresta Ombrófila Mista ou Florestas com Araucária, a flora e a fauna, as águas superficiais e demais recursos ambientais protegidos e seu entorno.”.

Além dos atos legais de criação de uma UC, outro documento importante para gestão é o Plano de Manejo. A necessidade de que cada UC possua um plano de manejo é definido na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC). De acordo com este dispositivo legal, o plano de manejo consiste em um documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

O atual documento se refere ao Plano de Manejo do PESSFE, cujo objetivo é subsidiar a gestão desta UC. Este documento apresenta a síntese dos levantamentos e análises de informações disponíveis na bibliografia e em dados secundários, assim como os resultados da Oficina de Planejamento Participativo, que garantiu a participação da sociedade no processo de elaboração do planejamento da UC.

1.1 Contexto da Elaboração do Plano de Manejo

O Plano de Manejo é o principal documento para subsidiar o planejamento e a gestão eficaz de uma UC, devendo este priorizar a proteção dos recursos naturais e, também, a manutenção dos modos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica da UC que assim o permitirem. Esse documento é obrigatório para todas as categorias de UC, conforme previsto no SNUC.

O Instituto Água e Terra (IAT), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) do Governo do Estado do Paraná, firmou contrato com a STCP Engenharia de Projetos Ltda. para a “Elaboração do Plano de Manejo do Salto São Francisco da Esperança”. Na elaboração do Plano de Manejo do PESSFE, o IAT adotou uma nova abordagem metodológica adaptada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ao contexto brasileiro,

baseada no *Foundation Document*, do Serviço de Parques Nacionais Norte-Americanos (NPS). Essa estratégia permite integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um entendimento comum daquilo que é essencial para UC. De acordo com o ICMBio (2018), a elaboração do Plano de Manejo deve ser realizada com a participação das comunidades locais, bem como por meio da caracterização dos aspectos ambientais e socioeconômicos da UC e da avaliação das pressões incidentes sobre ela. Estas condições visam definir o zoneamento da UC e as ações necessárias para sua gestão.

Assim sendo, o processo de elaboração do Plano de Manejo do PESSFE incluiu diversas etapas, como por exemplo: reconhecimento de campo pela equipe técnica da STCP Engenharia de Projetos; levantamento de dados secundários para caracterizar a UC com base em informações disponíveis na literatura e em bancos de dados oficiais; identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais e político-institucionais; atos normativos e legais referentes à UC; banco de dados geográficos; realização de oficinas participativas tanto com as comunidades locais como com as instituições da região; e por fim a compilação de todas as informações levantadas nesse período para a construção do Plano de Manejo.

Após a consolidação do Diagnóstico Preliminar de dados Secundários, foi iniciada uma das principais etapas da nova metodologia do ICMBIO (2018,), a participação social. Para isso foi realizada a Oficina de Elaboração do Plano de Manejo (OEPM), que teve a sua metodologia fundamentada no enfoque participativo, uma filosofia de trabalho que promove a cidadania e o engajamento de setores da sociedade mediante a valorização da diversidade de saberes do elemento humano e da participação consciente e responsável em diversos níveis e contextos. Essa oficina teve como objetivo gerar a interação interdisciplinar e multisetorial entre os distintos atores que interagem com a UC e qualificar o processo de construção colaborativa do Plano de Manejo.

Segundo o ICMBio (2018), o enfoque participativo oportuniza o surgimento de proposições criativas, inovadoras e sustentáveis, gerando identificação e comprometimento entre os envolvidos e a proposta elaborada. Essa metodologia utiliza técnicas e instrumentos que facilitam a comunicação e dinamizam o desenvolvimento organizado e integrado do trabalho, contribuindo para aumentar a sinergia, a mobilização e o engajamento dos participantes no processo. Exemplificando, enfoque participativo utiliza um conjunto diversificado de técnicas e pressupostos, tais como:

- ✓ Presença de moderadores;
- ✓ Acesso integral e facilitado às informações;
- ✓ Proposição de questões norteadoras;
- ✓ Valorização de saberes, experiências e contribuições;
- ✓ Interatividade e atividades em grupos de trabalho;
- ✓ Exposição dos trabalhos e debates em sessões plenárias;
- ✓ Registro e visualização do processo;
- ✓ Avaliação; e
- ✓ Relatório de sistematização de resultados para os participantes.

Como suporte à OEPM, foi elaborado o Guia do Participante, um documento destinado aos integrantes da oficina. Este guia descreve os conceitos de cada componente do Plano de Manejo, com o objetivo

de auxiliar o entendimento dos temas abordados. Também inclui uma síntese do diagnóstico preliminar da UC realizado a partir de dados secundários, com objetivo de contextualizar o participante quanto às características socioambientais identificadas para a UC e, também, de instigá-lo a contribuir com dados, pesquisas e conhecimentos não contemplados no material. O material foi disponibilizado em formato digital e impresso para todos os participantes.

De apoio à OEPM, foi elaborado o Guia do Participante, documento destinado aos integrantes da Oficina. O Guia descreve os conceitos de cada componente do Plano de Manejo, com o objetivo de auxiliar o entendimento dos temas que serão trabalhados na OEPM, como também a síntese do diagnóstico preliminar da UC, realizado a partir de dados secundários, com objetivo de contextualizar o participante quanto às características socioambientais identificadas para a área e, também, instigá-lo a contribuir com dados, pesquisas e conhecimentos não contemplados no material. Os guias foram disponibilizados ao IAT e para todos os participantes convidados em formato digital, como também foram entregues versões impressas a todos os participantes da oficina, a qual ocorreu de forma presencial.

A OEPM do PESSFE aconteceu nos dias 07 e 08 de novembro de 2023, das 08:30 às 17:30 horas, no Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, localizada na Rua Senador Pinheiro Machado, 2332 – Centro, Guarapuava/PR. Participaram da OEPM representantes de diversas instituições e atores diretamente envolvidos com a UC, como por exemplo: Instituto Água e Terra (IAT), Secretaria de Turismo do Paraná (SETU) Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Corpo de Bombeiros, Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC/SEEC), Assembleia Legislativa do Paraná, Vereadores, Operadoras de Turismo, Associação Sempre Verde, além de outros representantes da sociedade civil. O grupo da Oficina, nos dois dias, apresentou boa diversidade de atores e instituições, contribuindo à construção do plano de manejo e à gestão do PESSFE. Ao total, ao longo dos dois dias de oficina, 72 pessoas trabalharam e debateram os temas mais relevantes e emergenciais para a UC.

Ao fim desse processo participativo, as informações coletadas dos participantes foram incluídas nos dados secundários já obtidos e assim organizados de forma construir o planejamento, os regramentos e o zoneamento da UC, construído, assim, o Plano de Manejo do PESSFE.

1.2 Elementos do Plano de Manejo

Conforme sugere o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018), o processo de elaboração do Plano de Manejo preconizou o desenvolvimento de documentos de maneira mais objetiva e estratégica, com maior celeridade, aplicabilidade e envolvimento de outras áreas técnicas, aumentando a efetividade de gestão, reduzindo custos e o tempo de elaboração do documento.

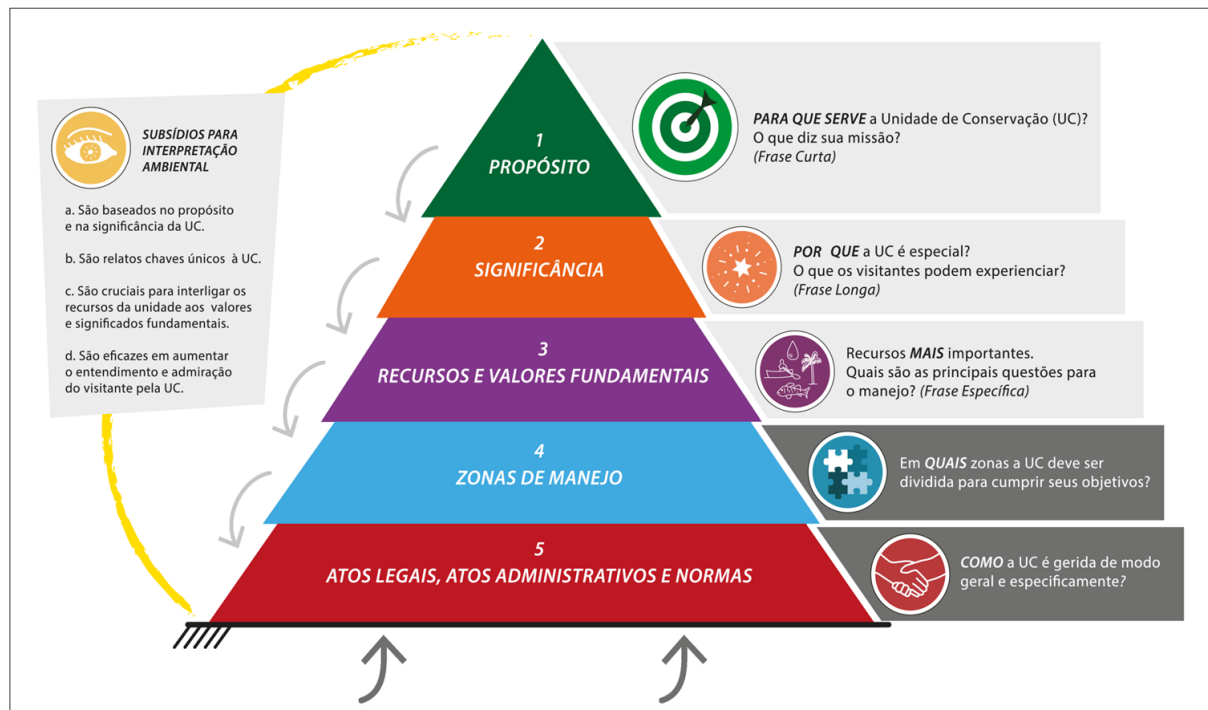
A Figura 1 mostra as relações dos elementos de um Plano de Manejo conforme Roteiro Metodológico (ICMBio, 2018). Os elementos principais incluem:

São elementos prioritários do Plano de Manejo:

- ✓ Propósito;
- ✓ Significância;

- ✓ Recursos e Valores Fundamentais;
- ✓ Zonas de Manejo;
- ✓ Atos legais, atos administrativos e normais gerais.

Figura 1 Elementos que compõem um Plano de Manejo



Fonte: ICMBio (2018).



02

COMPONENTES FUNDAMENTAIS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA

2 PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes fundamentais de um Plano de Manejo incluem uma breve descrição da UC, seu propósito, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente estão relacionados com a razão de existir da UC e não mudam com o tempo, devendo ser considerados em planos e esforços de manejo futuros (ICMBio, 2018). A Tabela 1 apresenta a ficha técnica do PESSFE.

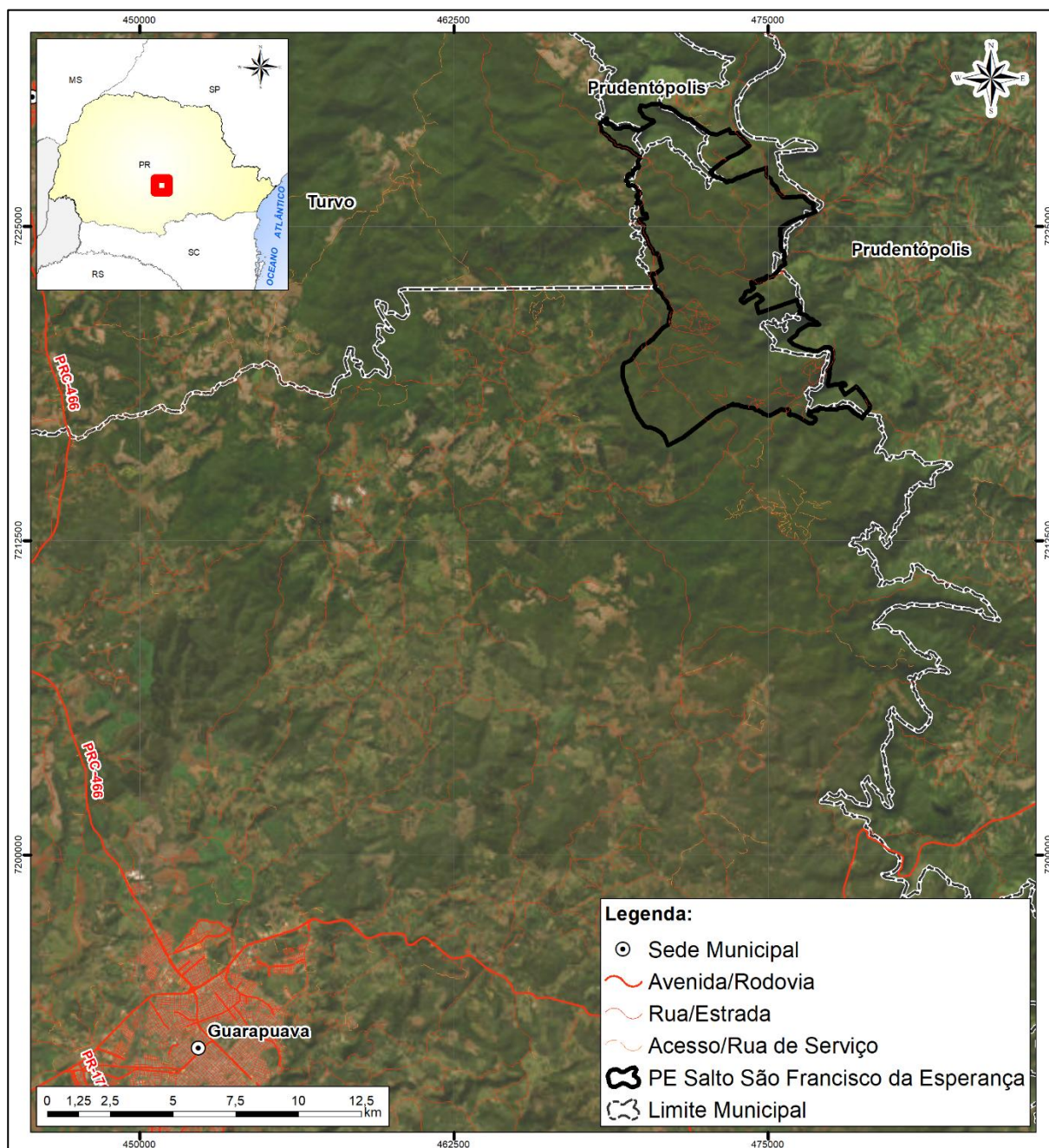
Tabela 1 *Ficha técnica do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança*

INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT	
Categoria e Grupo	Parque Estadual - Proteção Integral
Endereço	Estrada Benedito de Paula Louro, Km 45 Distrito Guairacá Guarapuava/PR, CEP 85035-000
Endereço do Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA/IAT)	R. Vicente Machado, 3990, Dos Estados, Guarapuava - PR, 85035-180
Telefone	(42) 3622-3630
E-mail	parquesparana@iat.pr.gov.br; iatguarapuava@iat.pr.gov.br
Site	https://www.iat.pr.gov.br/
Superfície da UC	6.939,0176 hectares
Perímetro da UC	64.092,26 quilômetros
Municípios abrangidos pela UC	Guarapuava (87,54%), Prudentópolis (10,97%) e Turvo (1,49%)
Estado	Paraná
Coordenadas Geográficas	Norte: 25° 2' 47,781"S / 51° 15' 37,603"O Sul: 25° 10' 10,548"S / 51° 15' 38,541"O Leste: 25° 6' 28,167"S / 51° 12' 26,791"O Oeste: 25° 6' 27,491"S / 51° 18' 51,248"O
Decreto de Criação	Decreto Estadual nº 9.110, de 23 de dezembro de 2010
Decreto Posterior	Decreto Estadual nº 9.668, de 06 de dezembro de 2021
Bioma	Mata Atlântica
Atividades Ocorrentes	Uso Público, Educação Ambiental, Pesquisa
Atividades Conflitantes	Falta de regularização fundiária, grilagem, invasão de espécies exóticas; caça; desmatamento; incêndios, turismo desordenado.

Fonte: IAT (2024).

O PESSFE fica localizado, em sua maior parte, na região Terra dos Pinheirais na porção centro-sul do Estado do Paraná, abrangendo os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo (Figura 2 e Anexo 1).

Figura 2 Localização do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



Fonte: IAT (2024). Adaptado por STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2024).

2.1 Breve descrição da UC

O PESSFE está localizado em área de abrangência da classe climática de Köppen-Geiger “Cfb”, correspondente ao clima temperado. Segundo dados da SIMEPAR (2008), esse clima apresenta verões frescos e úmidos e invernos mais amenos. As chuvas são abundantes e bem distribuídas ao longo do ano todo. A média do mês mais quente é inferior a 22°C, com pelo menos quatro meses com médias acima de 10°C.

A geologia do PESSFE é composta predominantemente por rochas do Grupo São Bento (95,6%) e do Grupo Passa Dois (4,4%) (MINEROPAR, 2005). O Grupo São Bento inclui a Formação Serra Geral (JKsg), com intrusões basálticas tabulares associadas a extensos derrames ocorridos durante o Mesozoico, e

a litofácies TRJb, formada por arenitos de granulação fina a grosseira, níveis conglomeráticos na parte superior, com presença de estratificação cruzada de médio porte, com idade entre o Triássico e o Jurássico. Já o Grupo Passa Dois é representado pela Formação Rio do Rasto, dividida nos membros Morro Pelado (siltitos e argilitos vermelhos intercalados com arenitos finos) e Serrinha (siltitos e arenitos esverdeados muito finos, micríticos e calcarenitos), formados em ambientes fluviais e marinhos.

O PESSFE localiza-se na Unidade Morfoescultural da Bacia Sedimentar do Paraná, abrangendo predominantemente o Terceiro Planalto Paranaense (93,03%), representado pelo Planalto de Pitanga/Ivaiporã, que apresenta dissecação média, altitudes entre 320 e 1.300 metros e formas suavemente onduladas, com topos alongados, vertentes convexas e vales em “V”. A porção menor da UC (6,97%) insere-se no Segundo Planalto Paranaense, nos Planaltos Residuais da Formação Serra Geral, que apresenta dissecação alta, com altitudes entre 620 e 1.220 metros, apresentando topos aplainados, vertentes convexo-côncavas e vales em “V” (MINEROPAR, 2006).

A paisagem do PESSFE é, em geral, suavemente ondulada, com desníveis mais acentuados em áreas próximas a escarpas e quedas d’água. A declividade é predominantemente suave, com 42,49% da área em relevo suave ondulado (3,1% a 10%) e 33,55% em relevo ondulado (10,1% a 20%). Áreas planas (até 3%) ocupam 11,82% da UC, enquanto os relevos mais acentuados — forte-ondulado (20,1% a 45%) e montanhoso (acima de 45%) — correspondem a 11,52% e 0,61%, respectivamente.

Segundo o BDIA/IBGE (2021), os solos do PESSFE pertencem às ordens Cambissolos e Neossolos. Predomina o Cambissolo Háplico Alumínico, que ocupa 81,51% da área e se caracteriza por relevo ondulado a montanhoso, baixa presença de material húmico e alto teor de alumínio (SANTOS *et al.*, 2022). O Neossolo Litólico Distrófico, presente em 18,49% da UC, é um solo jovem, pouco evoluído e com alta acidez (IBGE, 2021).

Segundo dados da SUDERHSA (2007), o PESSFE insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, que possui uma área total de 36.540 km², mais especificamente na região do Alto Ivaí (SEMA, 2015). No PESSFE ocorrem o rio São Francisco, cuja nascente é em Prudentópolis, cruza o município de Turvo e deságua no Rio Marrecas, além dos rios Panela, rio dos Pombos e o rio Santa Cruz.

Os mapas temáticos utilizados para subsidiar a caracterização do meio físico do PESSFE, incluindo informações sobre geologia, geomorfologia, hipsometria, declividade, pedologia, drenagem, balanço hídrico e vulnerabilidade geoambiental encontram-se reunidos no Anexo 1.

O PESSFE está inserido no bioma da Mata Atlântica, considerado um dos *hotspots* de biodiversidade global (Lima *et al.*, 2020). Localizado no Segundo Planalto Paranaense, a UC abriga a Floresta Ombrófila Mista (FOM), fitofisionomia marcada pela presença e domínio da *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, o pinheiro-do-paraná. Nessa fitofisionomia, duas tipologias vegetais principais estão resguardadas pela UC: a FOM Montana e Altomontana. Além delas, o PESSFE também resguarda uma parcela menor de formações pioneiras com influência fluvial/lacustre.

A FOM Montana é caracterizada por um clima sem época seca, com período frio curto ou ausente e período quente longo (Leite; Klein, 1990). É uma formação preservada em poucas localidades no Sul do país e ocupa quase que integralmente regiões acima de 500 m nos planaltos. Além da araucária,

possui como espécies marcantes a *Ocotea pulchella* (Nees e Mart.) Mez, *Ilex paraguariensis* A.St.-Hil., *Cryptocarya aschersoniana* Mez, *Nectandra megapotamica* (Spreng.) Mez, *Ocotea porosa* (Nees e Mart.) Barroso (IBGE, 2012).

A FOM Altomontana, por se situar em regiões acima dos 1.000 m, possui o clima mais frio da região, com os maiores índices de geadas noturnas e menores períodos de temperaturas elevadas (Leite e Klein, 1990). Além das distintas comunidades compostas por araucárias e lauráceas, a formação conta com *Podocarpus lambertii* Klotzsch ex Endl., *Drimys brasiliensis* Miers, *Cedrela fissilis* Vell. e muitas mirtáceas (IBGE, 2012).

As formações pioneiras com influência fluvial ocupam cerca de 89 hectares (ha) e ocorrem em planícies aluviais sujeitas a inundações sazonais (IBGE, 2012). Nessas planícies alagáveis é comum a presença de gêneros como *Panicum*, *Paspalum*, *Thalia*, *Mimosa* e de famílias como Solanaceae, Asteraceae e Myrtaceae.

Dada a baixa quantidade de amostras georreferenciadas e inseridas na área da UC, criou-se um *buffer* de 3 km ao redor do PESSFE com o intuito de entender a flora anexa à UC. Dessa forma, o entorno do PESSFE conta com 31 famílias botânicas, 42 gêneros e 51 espécies de plantas vasculares nativas (Anexo 2), que provavelmente ocorrem na UC. Dentre as espécies, 43 são angiospermas e oito são samambaias. Quanto às espécies ameaçadas, constam no Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) nove taxa pouco preocupantes (LC) e um quase ameaçado. Referente à classificação internacional da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), nenhum táxon se engloba nas principais categorias da organização.

Com base nos dados secundários levantados, foram encontradas duas espécies tidas como exóticas: o *Pinus sp.* e a *Calyptocarpus brasiliensis* (Nees e Mart., B.Turner — Asteraceae), ainda que essa segunda seja considerada uma espécie naturalizada. Contudo, foram observados plantios de *Pinus spp.* em propriedades particulares que ainda possuem terrenos no PESSFE. Neste caso, é preciso fazer a remoção dos pinus, monitorando-o para evitar que se instale em áreas de estágio inicial de recuperação.

Ademais, cabe destacar que o PESSFE conta poucos registros georreferenciados e escassa presença em publicações científicas. Nesse sentido, a ausência de inventários ou levantamentos fitossociológicos na área reforça a necessidade da realização de estudos, a fim de melhor compreender a composição e caracterização vegetal protegida pela UC.

A fauna específica da UC é composta principalmente por espécies de matas de araucária de grandes altitudes (800-1200 m) e campos naturais, bem como de zonas transicionais entre esses dois tipos de vegetação. Além disso, o aspecto orográfico colinoso de toda essa região permite a existência de elementos rupícolas, que ocupam os paredões rochosos de vertente íngreme, localmente conhecidos como peraus. Adicionalmente estão presentes espécies de ambientes exclusivos dispersos pela UC, como afloramentos rochosos, habitats rupícolas que costumemente abrigam fauna especializada. Além disso, são marcantes as espécies resilientes que acabam sendo privilegiadas pelo processo de antropização da paisagem, sob as mais diversas configurações (p.ex.: agropecuária e habitações rurais). Tais condições imprimem à fauna da UC uma condição mista.

Respeitadas as limitações metodológicas, e reafirmando que a composição em pauta inclui potenciais ocorrências, consignam-se para a UC um total de 104 espécies de mamíferos e 399 de aves, dos quais 12 e 82, respectivamente, são endêmicas da Mata Atlântica. A herpetofauna, por sua vez, computa uma riqueza estimada de 21 espécies de anfíbios e 38 de répteis, das quais 14 são consideradas endêmicas da Mata Atlântica (Anexo 3). Entretanto, estudos são necessários para confirmar tais ocorrências e registrar novas espécies.

Além disso, 17 e 27 táxons de mamíferos e aves, respectivamente, estão ameaçados de extinção em pelo menos um dos âmbitos considerados (estadual, nacional e global). Dentre os mamíferos, destacam-se: o bugio (*Alouatta guariba*), o queixada (*Tayassu pecari*), a onça-pintada (*Panthera onca*) e a anta (*Tapirus terrestris*), todos classificados como “Vulnerável” na lista nacional e como “Criticamente em Perigo” na estadual; o rato-da-árvore (*Phyllomys medius*) e o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) categorizado como “Criticamente em Perigo” em distribuição local; e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) e o cateto (*Dicotyles tajacu*) classificadas como “Em Perigo” na lista estadual e/ou como “Vulnerável” na nacional. São todas espécies raras, cujas populações, confinadas em uns poucos ambientes de vegetação conservada no Paraná, exibem atualmente franco declínio numérico. Há ainda registros de outras espécies consideradas como ameaçadas em diferentes categorias (nacional, estadual e global) para regiões próximas, a exemplo da suçuarana (*Puma concolor*), dos pequenos felinos em geral (*Leopardus pardalis* – jaguatirica; *Leopardus guttulus* – gato-do-mato-pequeno; *Herpailurus yagouaroundi* – gato-mourisco) e da paca (*Cuniculus paca*).

Dentre as aves, destaca-se primeiramente o tio-tio (*Phacellodomus striaticollis*) pela sua importância na conservação das paisagens campestres; classificado como “Criticamente em Perigo” de acordo com a lista estadual, trata-se de uma espécie emblemática, que no Paraná é encontrada exclusivamente nos campos de Tibagi e Piraquara. Ademais, são também espécies importantes e ameaçadas: o tapaculo-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*) e o canelinho-de-chapéu-preto (*Piprites pileata*), “Criticamente em Perigo” de acordo com a lista estadual; e a marreca-pardinha (*Anas flavirostris*), o bacurau-rabo-de-seda (*Antrostomus sericocaudatus*), a juriti-vermelha (*Geotrygon violacea*), a jacutinga (*Aburria jacutinga*), o grimeirinho (*Leptasthenura striolata*), todas “Em Perigo” conforme a lista estadual. Várias dessas aves sofreram forte pressão de caça e praticamente desapareceram da região. Outras, ainda, exibem reduções populacionais em virtude das alterações dos seus habitats naturais, como o pica-pau-de-cara-acanelada (*Celeus galeatus*) e o papo-branco (*Biatas nigropectus*). Com efeito, há inúmeras espécies que, embora não sejam enquadradas em condição de extrema raridade em âmbito estadual, encontram-se sob risco notável de desaparecimento no contexto local.

A herpetofauna esperada para a UC não contempla espécies ameaçadas de extinção. Mas cabe ressaltar que ocorrem serpentes peçonhentas de importância médica na área da UC, a saber: a jararaca (*Bothrops jararaca*), a urutu (*Bothrops alternatus*), a cascavel (*Crotalus durissus*) e a coral-verdadeira (*Micrurus altirostris*). Em função das características específicas de veneno associadas a cada gênero, diferentes tipos de soros antipeçonhentos são necessários para o atendimento de acidentes ofídicos. É de grande importância que a administração do PESSFE mantenha contato constante com os representantes da Secretaria de Estado da Saúde para verificação da existência de estoques de soros para pronto atendimento dos acidentados.

No que se refere ao uso e ocupação do solo do PESSFE (Anexo 1), os dados revelam que 88,09% da UC é coberta por floresta nativa, seguida por campo/pastagem (3,94%), plantios florestais (3,65%), vegetação secundária (1,85%), várzea (1,33%) e infraestrutura (1,14%). Esses dados demonstram que a maior parte da UC está conservada, com mais de 90% de sua área coberta por formações naturais.

As áreas com plantios florestais, pastagens e uso agropecuário, bem como a presença de caixas de abelhas e extração de madeira, indicam pressões antrópicas relacionadas à ausência de regularização fundiária. Ao todo, no CAR (2022) foram identificadas 111 propriedades com limites dentro da área da UC, totalizando aproximadamente 6.814 ha, que correspondem a 98% da área total do PESSFE. Observando os dados do INCRA (2022), apenas 8 propriedades estão com limites dentro da UC, com um total de 1.141 ha, cerca de 15% da área do PESSFE. Ambas as bases de dados apontam a presença de diversas propriedades dentro da UC, o que inviabiliza a gestão e proteção ambiental do PESSFE.

O uso público do PESSFE é voltado ao ecoturismo, tendo como principais atrações as quedas d'água: Salto São Francisco da Esperança e Saltos dos Cavalheiros. Os visitantes buscam a UC para lazer, com caminhadas e contemplação nos mirantes localizados à borda da escarpa, com vista tanto para o Salto São Francisco da Esperança, quanto ao imponente relevo, onde marca a divisa do segundo e terceiro planalto. São duas as trilhas atualmente (2024) em uso: a trilha Principal e a trilha da Mata. A trilha Principal tem 1.360 metros de extensão, percorre a borda da escarpa (divisa do 2º e 3º planalto), com estrutura de passarelas, escadas, guarda-corpo, ponte e mirantes. Já a trilha da Mata dá acesso a base do Salto São Francisco. O percurso é mais longo, numa trilha linear com total de 8,20 km ida e volta, com duração de 4h a 6h de caminhada (a depender do ritmo e tempo de parada).

A gestão do PESSFE é responsabilidade do IAT com uma equipe de nove funcionários, mas sem conselho consultivo nem parcerias institucionais ativas. Não há programas vigentes de educação ambiental ou estrutura de apoio à pesquisa científica. Em 2024, foi instalado um contêiner com cozinha e sanitário de uso exclusivo da equipe.

Uma ação estratégica em desenvolvimento é a participação do PESSFE no Plano de Ação Territorial Caminho das Tropas Paraná-São Paulo, voltado à conservação de espécies ameaçadas. Os objetivos desse plano estão em consonância com as diretrizes já adotadas na gestão da UC e refletidos nas normativas do Plano de Manejo, representando uma oportunidade para o fortalecimento das ações de proteção e valorização da biodiversidade na UC.

Ademais, o PESSFE enfrenta pressões que comprometem sua integridade ecológica e dificultam sua gestão. Destacam-se a falta de regularização fundiária, a extração mineral ilegal nos limites da UC, o turismo desordenado e a movimentação de caminhões para retirada de pinus. Atividades agropecuárias no entorno contribuem para a drenagem de turfeiras e a contaminação de recursos hídricos por agrotóxicos, afetando diretamente os ecossistemas associados ao rio São Francisco.

2.2 Propósito

O propósito de uma UC se baseia na análise da sua razão de existência, incluindo os estudos prévios e objetivos previstos no decreto de criação e em harmonia com a legislação aplicável, sintetizando a essência da UC. Podem ser incluídos outros elementos considerados muito relevantes e que não foram identificados à época da criação da UC.

O **propósito** da UC foi alcançado com o apoio coletivo dos participantes e sua consolidação e validação foram realizadas em plenária, ficando assim definido:

“Localizado na tríplice fronteira entre Guarapuava, Prudentópolis e Turvo, o Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança apresenta uma formação geológica singular da encosta da serra da esperança, a qual abriga o imponente salto São Francisco e diversas nascentes da bacia do rio Ivaí, bem como um dos maiores remanescentes protegidos de florestas com araucárias, com elevada riqueza de espécies de fauna e flora, sendo assim um local de grande beleza cênica e propício para a prática de turismo de natureza, o qual contribui com a sustentabilidade das comunidades do entorno, fortalecendo o desenvolvimento da economia regional.”

2.3 Declarações de Significância

As declarações de significância expressam o porquê os recursos e valores da UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e inserção nos sistemas federal e estadual de UC. Essas declarações estão diretamente associadas ao propósito da UC e apoiadas pelo conhecimento científico disponível, percepções culturais e consenso.

As declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que são aqueles benefícios que aquela área protegida presta à sociedade e que podem ser especificados. As declarações de significância refletem o conhecimento científico e acadêmico, bem como as percepções sociais e culturais mais atuais, as quais podem ter mudado desde o estabelecimento da UC. Definem o que é mais importante a respeito dos recursos e valores de uma UC, que irão ajudar com o planejamento e o manejo.

As proposições de declarações de significância do PESSFE são:

1. *“O Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança, uma escola a céu aberto ao som de quedas d’água, pio de pássaros ameaçados de extinção, o revoar da jacutinga sobre a vegetação que cresce sobre as rochas vulcânicas, que contam aos pesquisadores a história de milhões de anos desde o paleodeserto Botucatu, majestosos paredões separam o segundo do terceiro planalto paranaense, formando um vale ao longo do leito dos rios. Ao passar entre centenárias araucárias, imbuías e até xaxins pode-se avistar diversas espécies de animais.”*
2. *“Três municípios em um único parque. Uma imponente queda d’água os une e gera riquezas. A atividade turística alimenta o desenvolvimento regional. A capital da cevada e do malte, a terra das cachoeiras gigantes e a capital dos pinheirais, terra da maior reserva indígena do Paraná levam às trilhas do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança. Turismo de natureza, rural, religioso, de aventura, geoturismo, gastronômico e cultural. Tudo isso pode agregar sua experiência no parque.”*
3. *“A região abrangida pelos municípios que abrigam o PESSFE é reconhecida pela existência de diversos testemunhos da história dos povos originários predominantemente representado pelas culturas Guarani e Kaingang. O Parque consiste em um local que pode contribuir com*

pesquisas que visem ao regaste e à preservação de uma parte da história dos povos indígenas da região.”

4. *“O Parque leva o nome de São Francisco da Esperança em alusão ao santo protetor da natureza e dos animais sua icônica figura está representada em uma escultura contendo gralhas-azuis, lobo-guará, araucária e o salto caindo da palma de sua mão. Esse monumento está localizado no início da rota turística que leva ao Parque. Na UC há ainda a capela que demonstra a expressão da religiosidade no local.”*

2.4 Recursos e Valores Fundamentais

Os recursos e valores fundamentais são aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, processos ecológicos ou geológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC. Desta forma, garantir a conservação e uso público dos recursos e valores fundamentais é uma das maiores responsabilidades da gestão da UC, pois se degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Os recursos e valores fundamentais do PESSFE são:

- ✓ **Atrativos turísticos:** *os atrativos turísticos estão associados ao imponente relevo do parque e região. O principal, o Salto São Francisco da Esperança, com mais de 190 metros de queda d’água, é um símbolo da divisa do segundo e terceiro planalto paranaense e da região central do Paraná. Uma das maiores quedas d’água do sul do país, o salto localiza-se justamente na transição de um planalto ao outro, com um ‘degrau’ geológico de quase 200 metros. Os rios e corredeiras contornam o relevo do parque, formando cascatas como o Salto dos Cavalheiros e Salto das Pombas, além de pontos propícios ao banho. A exuberância da mata de araucária complementa a paisagem a qual é contemplada pela população local e visitantes que buscam no contato com a natureza, bem-estar e lazer.*
- ✓ **Biodiversidade:** *O Parque apresenta uma rica diversidade de ambientes e tipos vegetacionais integrantes do Bioma da Mata Atlântica, com suas transições e redutos, que o torna atrativo para uma série de atividades de pesquisa, recreação e preservação.*
- ✓ **Meio Físico:** *O rio São Francisco, situado na sub-bacia de mesmo nome, percorre o segundo planalto paranaense até atingir o parque. Suas águas caem por mais de 190 metros, pelo enorme paredão que marca a junção entre os domínios morfoesculturais do Terceiro e Segundo Planaltos Paranaenses, de forma que a unidade geomorfológica Planalto de Pitanga/Ivaiporã conforma parte do terceiro planalto, e a unidade Residuais da Formação Serra Geral o segundo planalto. É possível visualizar o grande derramamento basáltico, de rochas vulcânicas, que ocorreu há mais de 140 milhões de anos. Os derramamentos recobrem os arenitos da Formação Botucatu e, atualmente, compõem a paisagem do Salto São Francisco da Esperança, principal atrativo turístico e principal elemento da geodiversidade do parque. Os recursos hídricos (rio São Francisco, arroio Santa Cruz, arroio dos Pombos e arroio Panela) são abundantes no parque e em conjunto com a geologia e relevo compõem os recursos fundamentais a serem preservados e estudados.*



03

COMPONENTES DINÂMICOS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA

3 PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos incluem a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação e análise de questões chave e a posterior avaliação e priorização das necessidades de dados e de planejamentos. Na medida em que novas situações e fatores alterem as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais, a análise das necessidades de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, assim como as questões-chave e novos atos e regulamentos, sendo esta parte do plano de manejo periodicamente atualizada. Por este motivo os componentes dinâmicos podem sofrer alterações ao longo do tempo (ICMBio, 2018).

3.1 Análise dos Recursos e Valores Fundamentais

A partir da definição dos recursos e valores fundamentais, na Oficina de Elaboração do Plano de Manejo da UC, analisaram-se as condições atuais dos recursos identificados (estado de conservação); as ameaças (atuais e futuras); as necessidades de dados e/ou estudos e as necessidades de planejamento (planos, projetos e programas) para o PESSFE.

A seguir nas Tabela 2, 3 e 4 são apresentadas as análises para cada um dos recursos e valores fundamentais do PESSFE.

Tabela 2 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Atrativos Turísticos

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: ATRATIVOS TURÍSTICOS
Condição atual
• A situação da vazão para manutenção; • Falta de sinalização educativa e orientativa; • Falta de mapeamento dos atrativos; • Estradas inadequadas para uso; • Infraestruturas para receber visitante inadequada; • Trilhas não demarcadas e precárias; • Falta centro de visitantes e pessoal para receber os mesmos; • Falta de um Plano de Atendimento a Emergência e Sistema de Gestão de Segurança; • Falta de formas adequadas de comunicação; • Falta de controle de acesso dos visitantes; • Trilhas com dificuldade de acesso; • Turismo desordenado; • Capela em mau estado de conservação; • Falta de regras para uso e visitação; • Beleza cênica; • Grande quantidade de atrativos; • Saltos dos cavalheiros é utilizado para banho; • Escalada das cachoeiras cavalheiros; • Utilização do salto das pombas para rapel (antes de fechar).
Ameaças
• Instalação de PCH podem alterar a condição da vazão; • Atividades agropecuárias convencionais causando impactos na bacia do rio São Francisco; • Uso de fogueiras; • Turismo desordenado; • Falta de regularização fundiária; • Depredação;

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: ATRATIVOS TURÍSTICOS

- Fluxo intenso de visitantes;
- Falta de controle de acesso;
- Risco de deslocamento de blocos e rochas;
- Risco de acidentes nas trilhas;
- Ampliar a divulgação do parque;
- Ampliar e integrar as ações de divulgação dos atrativos.

Necessidades de dados

- Medir o salto para utilizar a informação nas ações de divulgação;
- Elaborar o Plano de Atendimento a Emergência e o Sistema de Gestão de Segurança;
- Identificar o perfil do visitante;
- Elaborar o plano de uso público;
- Identificar os acessos ao parque (mapear);
- Identificar locais com necessidade de instalação de estrutura de apoio ao visitante;
- Avaliar viabilidade técnica e jurídica para parcerias com proprietários de áreas não indenizadas;
- Análise da qualidade hídrica.

Necessidade de planejamento

- Contratação e capacitação de pessoal e guias;
- Implantação de sinalização;
- Restauração da capela;
- Adequação da infraestrutura;
- Planejamento de trilhas e circuitos;
- Manutenção de vias e acessos;
- Articulação institucional na gestão do turismo, incluindo a formalização de parcerias público-privadas;
- Plano de comunicação;
- Plano de uso público;
- Avaliar a ampliação de produtos e serviços.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

Tabela 3 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Biodiversidade

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: BIODIVERSIDADE**Condição atual**

- Pouco conhecimento do *status* das populações de espécies ameaçadas e endêmicas;
- Pouco conhecimento da riqueza de espécies da fauna e flora;
- Falta de conhecimento de espécies vegetais medicinais;
- Presenças de espécie vegetais de grande porte;
- Ocorrência de espécies vegetais ameaçadas (araucária, cedro, imbuia, pau-marfim, canelas, xaxim);
- Ocorrência de espécies ameaçadas e endêmicas de fauna.

Ameaças

- Caça;
- Ocorrência de plantas exóticas e invasoras;
- Extração ilegal de espécies vegetais;
- Turismo desordenado;
- Ocorrência de fogo;
- Extração de erva-mate;
- Abelhas africanizadas;
- Pecuária e agricultura;
- Agrossilvipastoril;
- Estradas como ponto de impacto: atropelamento de fauna, erosão, motocross/jipeiros;
- Drenagem das turfeiras;

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: BIODIVERSIDADE
• Presença de espécies domésticas.
Necessidades de dados
• Identificar plantas medicinais; • Avaliar a possibilidade de soltura de espécies de fauna na UC; • Avaliação da situação das espécies exóticas vegetais.
Necessidade de planejamento
• Criar grupos de trabalho para avaliar a soltura de espécies da fauna no parque; • Inventário da riqueza de fauna e flora; • Análise da densidade das populações das espécies de fauna e flora ameaçadas; • Programa de pesquisa; • Programa de educação ambiental; • Programa de sinalização; • Implantar sistema de controle de velocidade; • Regularização fundiária; • Controle de espécies exóticas/domésticas; • Programa de comunicação.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

Tabela 4 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Meio Físico

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: MEIO FÍSICO
Condição atual
• Ocorrência de turfeiras como testemunho geológico; • Ocorrência de 08 saltos; • Alta densidade de nascentes; • Qualidade hídrica desconhecida; • Desconhecimento do estado de estabilidade de encostas e taludes; • Uso de agrotóxicos a montante.
Ameaças
• Risco de ocorrência de queda de blocos e de deslizamentos; • Extração mineral ilegal de pedra no limite do parque; • Drenagem das turfeiras; • Risco de contaminação de recursos hídricos por agrotóxicos e criação de animais domésticos (suínos); • Movimentação de caminhões pesados no interior do parque para retirada de pinus.
Necessidades de dados
• Estudos espeleológicos; • Estudo da fragilidade geológica; • Mapeamento das nascentes; • Estudo de conflitos do uso do solo.
Necessidade de planejamento
• Monitoramento da qualidade hídrica; • Monitoramento da estabilidade de encostas; • Monitoramento das condições das estradas; • Adequação das estradas nas proximidades de cursos d’água; • Regularização fundiária.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

3.2 Análise das Questões-chave

A questão-chave define as dificuldades ou entraves na gestão para consolidação efetiva da UC, ou seja, são influências importantes no manejo do PESSFE para serem consideradas e que podem afetar diretamente os componentes fundamentais. Nesse sentido, a avaliação das necessidades de dados e planejamento das questões-chaves complementam as avaliações dos recursos e valores fundamentais, compondo assim os componentes dinâmicos do plano de manejo.

Para o PESSFE, foram identificadas 06 (seis) questões-chave necessárias para a adequada implementação do Plano de Manejo, acompanhadas do levantamento das necessidades de dados e de planejamento, as quais estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 Análise das questões-chave para a gestão do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES-CHAVE
Questões-chave
- Falta de regularização fundiária; - Infraestrutura inadequada; - Articulação institucional; - Falta de pessoal para atendimento ao visitante; - Cemitério de bebês indígenas; - Sítios arqueológicos, paleontológicos.
Necessidades de dados
- Levantamento fundiário; - Avaliar mecanismos de compensação para fins de regularização fundiária; - Levantamento das necessidades de infraestrutura para gestão e uso público; - Instituição de conselho consultivo / inserir a comunidade local; - Levantamento da necessidade de pessoal; - Levantamento histórico-cultural; - Identificação dos atores e integração das ações; - Definir regras para o cadastro de condutores e guias; - Levantamento arqueológico/paleontológico.
Planejamento e ações de manejo
- Programa de regularização fundiária; - Demarcação dos limites; - Programa de gestão; - Programa de articulação institucional; - Programas de proteção/pesquisa educação patrimonial; - Programa de educação ambiental e comunicação.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).



04

COMPONENTES NORMATIVOS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
SALTO SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA

4 PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

Os componentes normativos sistematizam os atos legais vigentes para a UC, bem como definem normas gerais de uso e gestão de seu território, com implicações legais. Incluem os seguintes elementos:

Zoneamento interno e normas específicas: consiste no ordenamento territorial da área, pois estabelece usos diferenciados para cada zona de manejo, segundo os objetivos da UC, bem como as normas específicas para cada zona.

Normas gerais: são os princípios e regras que regem o uso e o manejo integral dos recursos naturais da UC.

Atos legais e administrativos: são requisitos específicos, que são estabelecidos independentemente do plano de manejo e que devem ser observados pelos gestores e usuários.

4.1 Zoneamento Interno e Normas Específicas

De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), zoneamento é “a definição de setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Nesse caso, o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, pois diferencia espaços internos da UC de acordo com certos objetivos de manejo. É, portanto, um zoneamento de manejo, em que os espaços identificados são associados normas específicas para condicionar as atividades permitidas. Essa diferenciação de espaços, com suas respectivas normas, permite harmonizar a realização de diferentes usos na mesma UC. Assim, uma zona é uma parte no terreno da UC com determinado tipo de manejo, cujas ações tomadas devem ser compatíveis com a categoria e com o propósito da UC e objetivem a conservação de seus recursos e valores fundamentais.

O zoneamento garante a continuidade do manejo com o passar do tempo. Como as equipes de trabalho mudam na UC, as zonas e seus atributos associados continuam a proporcionar um quadro geral e orientações no processo de tomada de decisões de manejo a curto e longo prazo. Por isso, se trata de um elemento mais duradouro do planejamento, sujeito a reavaliação geralmente em casos em que os objetivos ou limites da UC são revistos por motivos mais drásticos.

Neste plano de manejo, foi adotada a uniformização de zoneamento recomendada pelo ICMBio (2018). No contexto do PESSFE, a equipe de planejamento da STCP e do IAT verificou previamente à Oficina de Elaboração do Plano de Manejo que quatro tipos de zonas de manejo são passíveis de aplicação na realidade local.

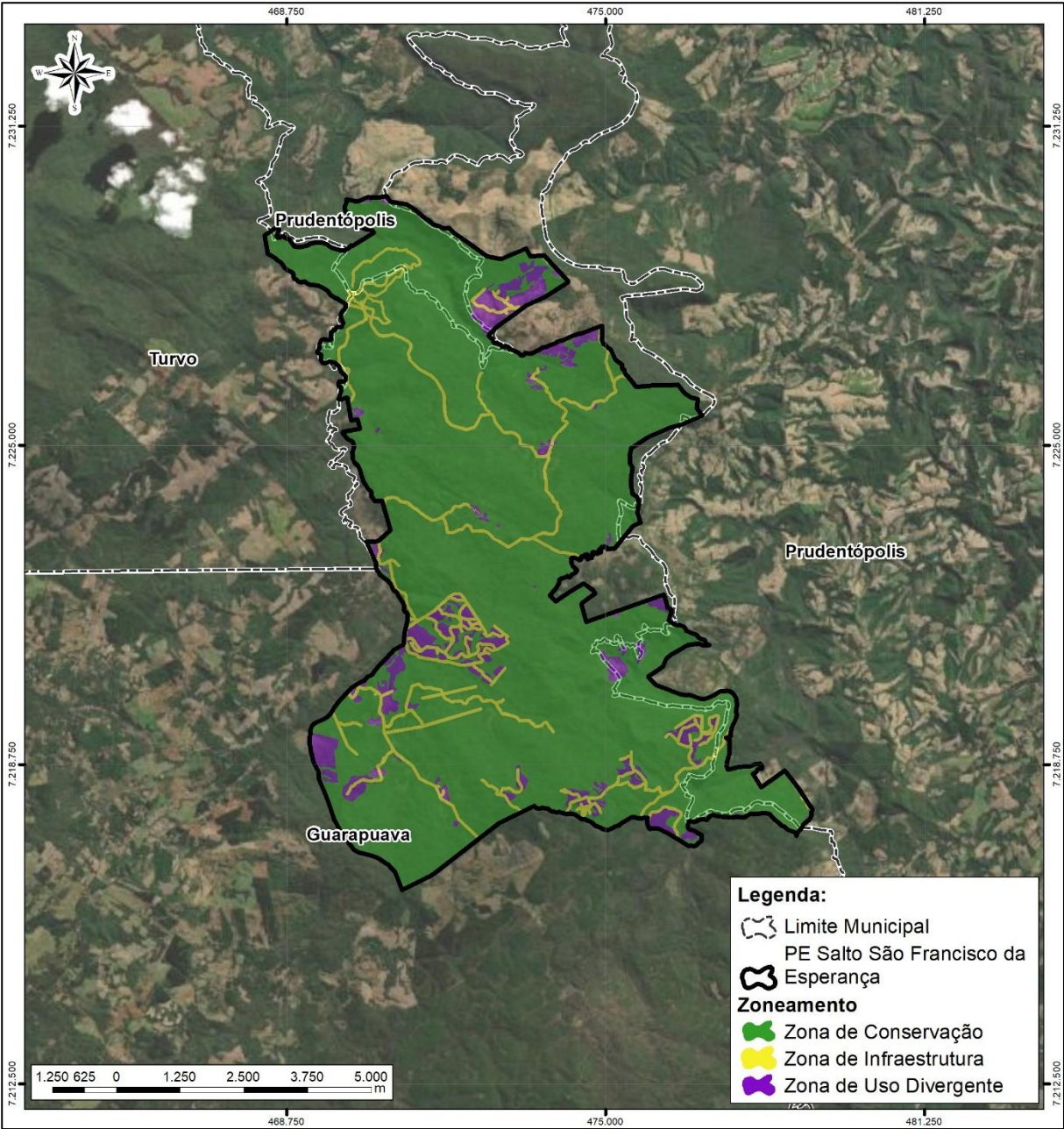
A distribuição da área total das zonas de manejo do PESSFE está detalhada na Tabela 6 e na Figura 3. Em seguida, é apresentada uma descrição de cada zona, com a definição conceitual, resumo de localização e respectivas normas específicas.

Tabela 6 Zonas do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança

ZONAS	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Zona de Conservação	6.333,03	91,27
Zona de Uso Divergente	526,50	7,59
Zona de Infraestrutura	79,42	1,14
TOTAL	6.938,94	100,00
Zona de Amortecimento	13.591,26	-

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Figura 3 Distribuição das Zonas do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



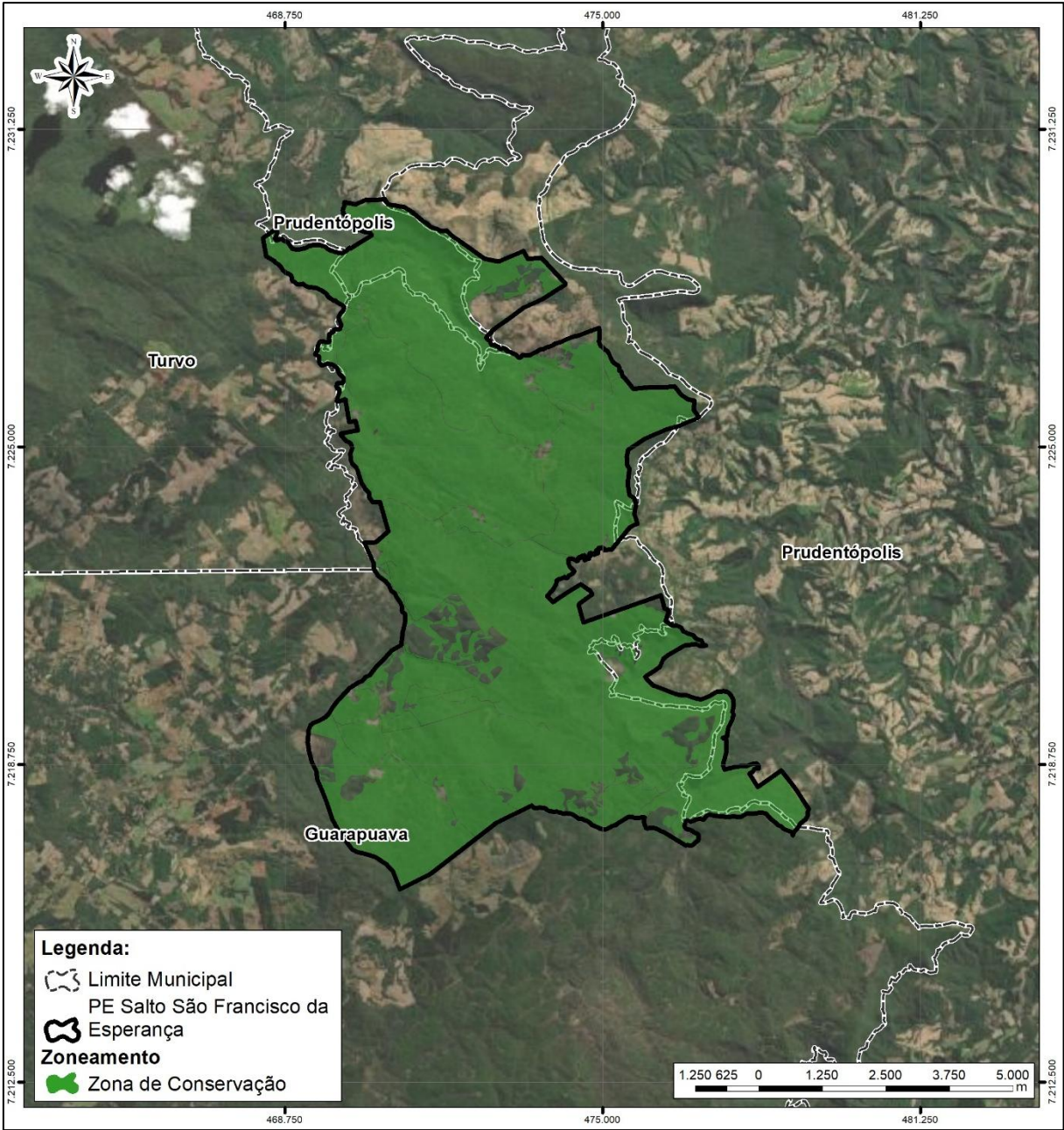
Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.1.1 Zona de Conservação

É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais.

Para a delimitação desta zona, consideraram-se as áreas com vegetação nativa da UC, compostas essencialmente por remanescentes de florestas com araucárias e por áreas úmidas (banhados). Trata-se da maior zona da UC, abrangendo mais de 89% de sua área, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 Zona de Conservação do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Normas Específicas para a Zona de Conservação

- 1) As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
- 2) As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
- 3) A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aqueles pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
- 4) É permitido nessa zona o turismo de baixo grau de intervenção, que corresponde a formas primitivas de visitação e recreação que ocorrerem em áreas de alto grau de conservação possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes.

Conforme norma ABNT NBR 15500 - Turismo de Aventura – terminologia que define a atividade de Turismo de Aventura como: Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura e tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados controlados e assumidos.

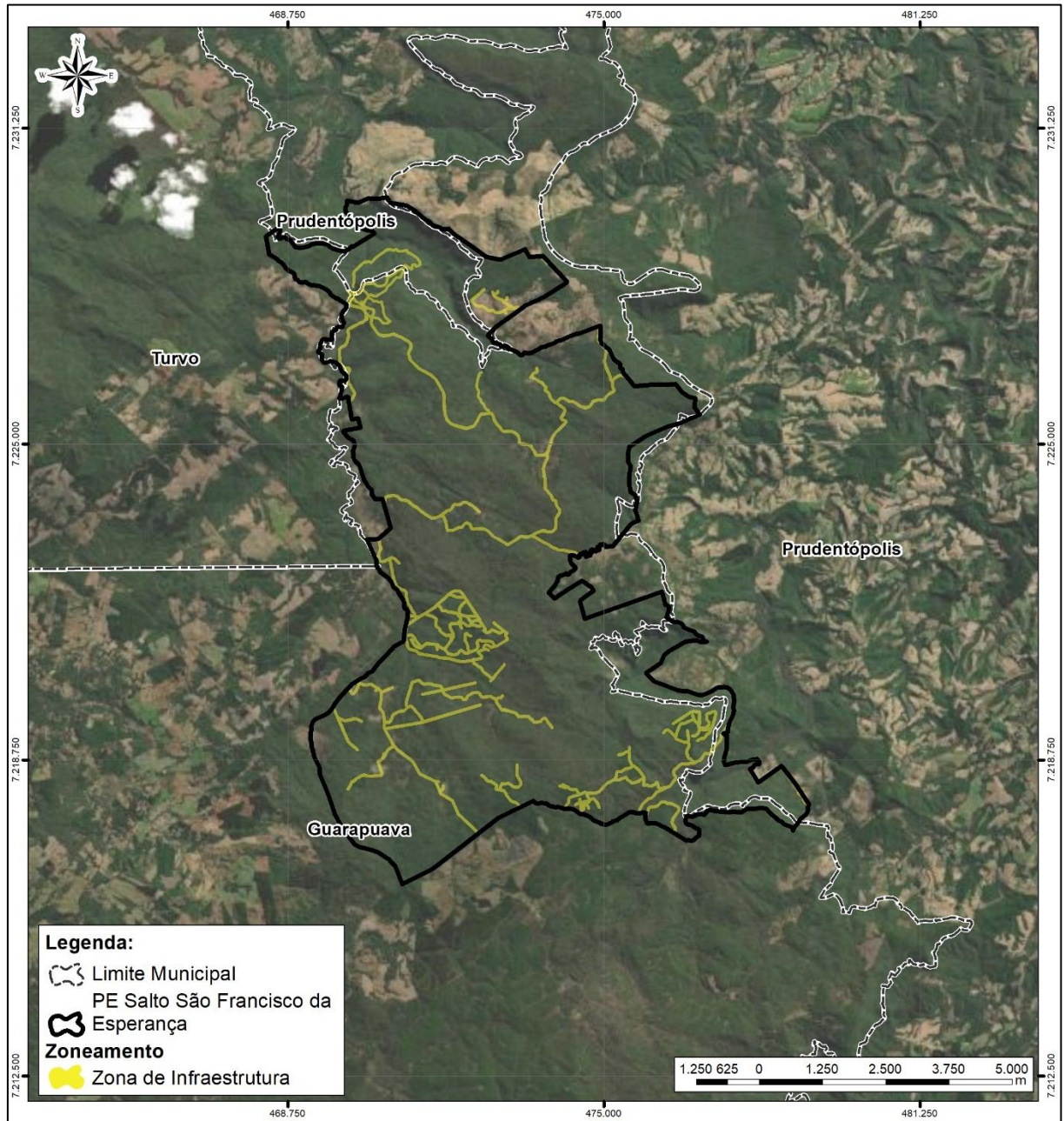
- 5) É permitida abertura de novas trilhas e picadas, necessárias às ações de busca e salvamento, e prevenção e combate aos incêndios, atividades de recreação com a possibilidade de infraestrutura mínima e seguindo o Plano de Uso Público, com intervenções de baixo impacto.
- 6) Nas atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, os mesmos devem constar do pedido de autorização da pesquisa, devendo ser retirados da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
- 7) É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas preferencialmente na própria UC, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela administração da UC, e a destinação das sementes para os laboratórios de sementes e viveiros do IAT.
- 8) O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios, ressalvados os acessos às propriedades não indenizadas.
- 9) A visitação de áreas com patrimônio arqueológico, espeleológico e paleontológico, caso venham a ser constatadas, deverá ser definida em instrumento específico.

4.1.2 Zona de Infraestrutura

É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e administração.

Nesta zona estão contempladas a estrada de entrada do PESSFE, as estradas das porções ao sul e ao norte, trilhas, aceiros, edificações e estruturas de apoio existentes e previstas, tal qual indicado na Figura 5.

Figura 5 Zona de Infraestrutura do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Normas Específicas para a Zona de Infraestrutura

- 1) São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
- 2) São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
- 3) Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.

- 4) Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, até a adequada destinação.
- 5) O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades previstas nesta zona.

4.1.3 Zona de Uso Divergente

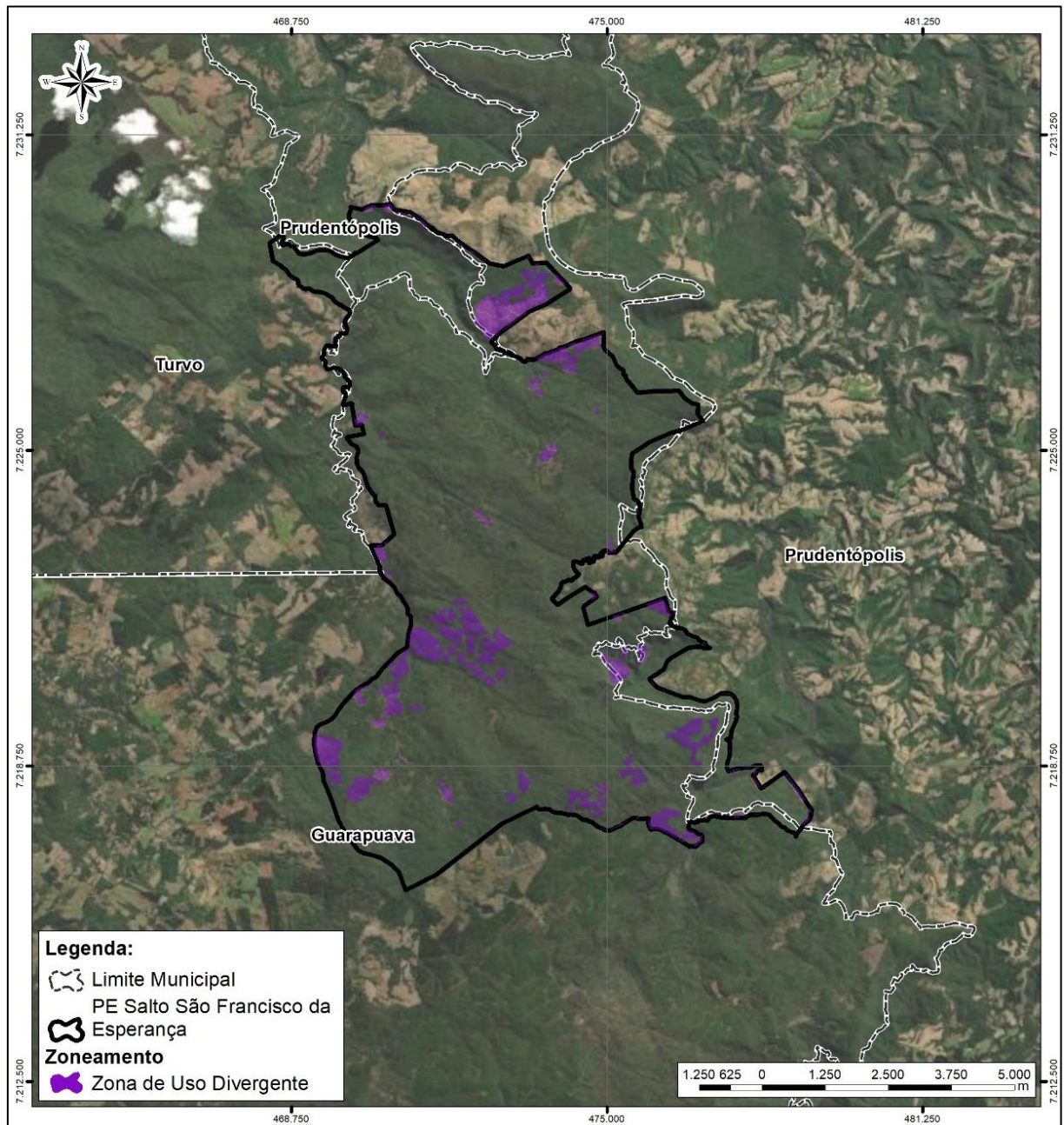
É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados onde ainda ocorre uso por populações humanas, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo. Incluem-se nesta zona as áreas de colheita de madeira (pinus) e de apicultura especialmente nas porções marginais da UC, para as quais deverá ser estabelecido instrumento jurídico para regularização e posterior remoção dessas atividades. Uma vez efetuada a colheita do pinus, e em havendo a regularização fundiária, as áreas deverão ser transferidas para a Zona de Adequação Ambiental, sendo sujeitas à recuperação. Da mesma forma, áreas com habitações que venham a ser regularizadas deverão ser submetidas à adequação, podendo algumas vir a constituir parte da Zona de Infraestrutura. As áreas citadas estão demarcadas na Figura 6.

Normas Específicas para a Zona de Uso Divergente

- 1) São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área) e visitação de médio grau de intervenção.
- 2) São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
- 3) Fica garantido o uso da área nos moldes atuais até que seja firmado instrumento jurídico de regularização da ocupação.
- 4) As espécies vegetais exóticas invasoras, capazes de descaracterizar a vegetação nativa, deverão ser removidas, não sendo permitido seu replantio após a colheita (com especial destaque ao pinus).
- 5) A visitação não pode interferir nos usos atuais do solo até que haja o reordenamento da ocupação.
- 6) A recuperação dos ecossistemas, quando necessária, será condicionada a projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC, e não poderá prejudicar as atividades econômicas e sociais vigentes até que haja a regularização jurídica das propriedades locais.
- 7) As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
- 8) Nas atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, os mesmos devem constar do pedido de autorização da pesquisa, devendo ser retirados da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
- 9) O uso de agrotóxicos e de espécies exóticas na recuperação ambiental dessas áreas somente será permitido mediante a autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.

- 10) O trânsito de veículos motorizados é autorizado para todas as atividades permitidas, desde que não interfira no processo de recuperação ou no modo de vida dos habitantes, devendo priorizar os acessos já existentes.
- 11) Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação.
- 12) Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, até a adequada destinação.

Figura 6 Zona de Uso Divergente do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.1.4 Zona de Amortecimento

Conforme definido pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), a Zona de Amortecimento (ZA) é “o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Estas leis determinam que a ZA pode “ser definida no ato de criação da unidade ou posteriormente”, sendo que, “uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana”, como também determinam que o Plano de Manejo deve abranger a ZA e os corredores ecológicos.

A função da ZA é a contenção dos possíveis efeitos negativos externos sobre a UC, em especial ao alcance do seu objetivo de criação, como invasões de espécies exóticas, patógenos, poluentes, incêndios, atividades ilegais ou desordenadas etc., levando em consideração todo o contexto em que a área protegida está inserida.

Os principais critérios da proposta de delimitação ZA para o PESSFE foram:

1. O entorno da UC onde são presentes outros remanescentes de vegetação nativa de interesse em conservação por consistirem em áreas de abrigo ou alimentação de espécies raras ou ameaçadas de extinção;
2. As microbacias que drenam a partir da área do PESSFE e o circundam, as quais consistem em uma área de grande relevância para a flora e a fauna. O critério de delimitação abrange um *buffer* de cerca de 3 km no entorno da UC, à exceção da Terra Indígena Marrecas, que não é incluída na ZA.

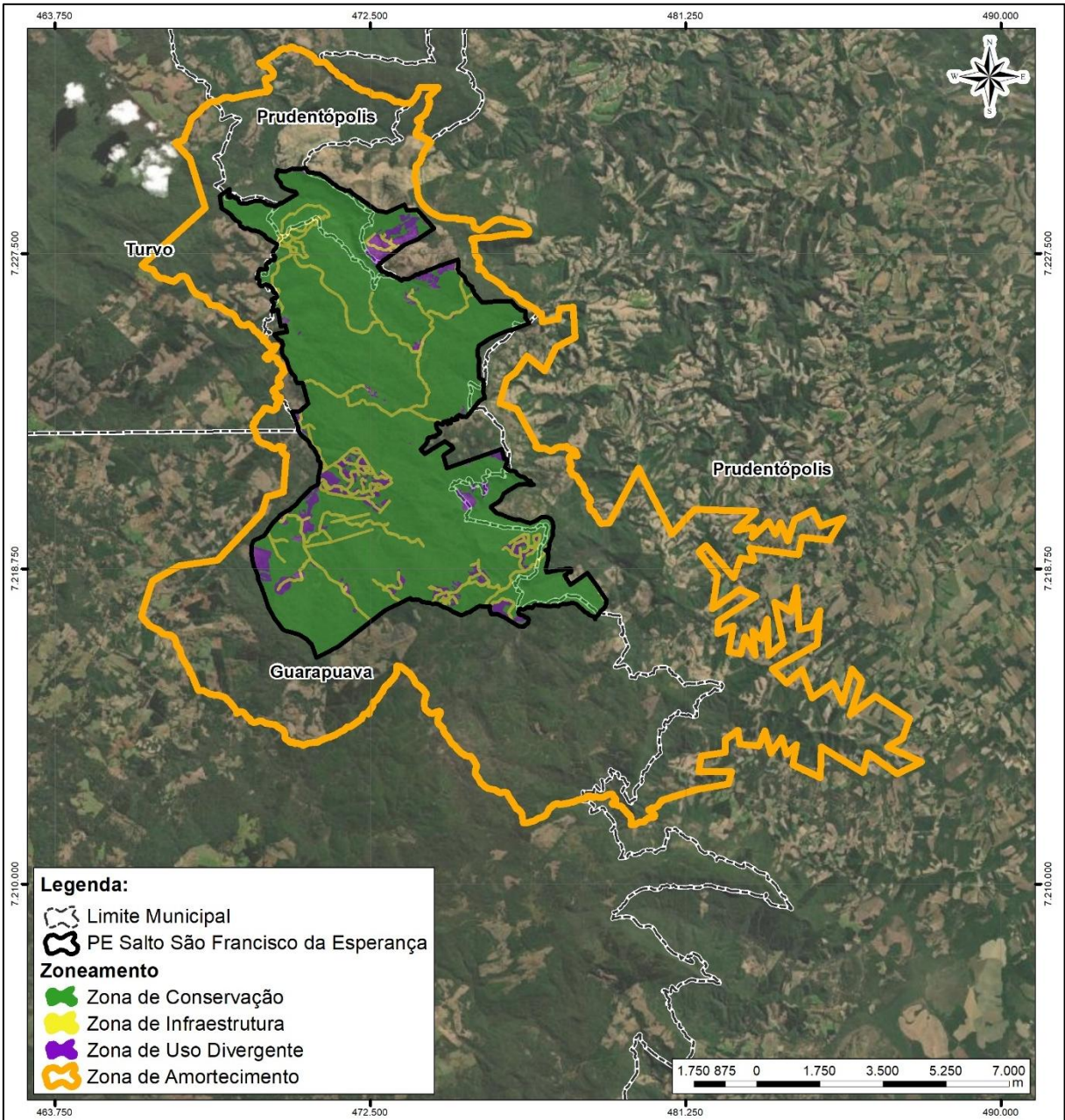
Parte dos limites sudeste e sudoeste da ZA foram estabelecidos conforme os limites da APA da Serra da Esperança, os demais seguiram estradas locais ou os limites da bacia hidrográfica. Portanto, considerando todas as questões levantadas, a ZA do PESSFE está representada na Figura 7 e, na sequência, estão as normas para a referida ZA.

Normas da Zona de Amortecimento

- 1) Nos locais em que a Zona de Amortecimento sobrepuser aos limites da APA da Serra da Esperança, a Zona de Amortecimento obedecerá a normativa estabelecida no Plano de Manejo da APA.
- 2) As atividades desenvolvidas e aquelas a serem implantadas na ZA deverão estar em harmonia com os objetivos específicos de manejo do PESSFE e não poderão comprometer a integridade do seu patrimônio natural.
- 3) As áreas de reserva legal das propriedades limítrofes à UC devem, na medida do possível, estar contíguas à mesma ou às áreas de preservação permanente próximas.
- 4) As atividades de agricultura, silvicultura e pecuária deverão ser desenvolvidas, sempre que possível, com ações de baixo impacto, especialmente no que se refere ao uso de agrotóxicos.
- 5) As atividades de silvicultura deverão prever ações de remoção de indivíduos regenerantes que estejam se estabelecendo fora das áreas de plantio delimitadas, de forma a controlar a invasão das áreas naturais.

6) Somente serão permitidos na ZA empreendimentos de baixo impacto ambiental.

Figura 7 Zona de Amortecimento do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.2 Normas Gerais

▪ *O que nos diz o SNUC?*

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

[...]

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

[...]

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

[...]

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

[...]

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

A seguir apresentam-se as normas que deverão ser observadas para as zonas internas do PESSFE.

- 1) Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
- 2) Todos os servidores públicos, terceirizados ou voluntários que estiverem a serviço da gestão da UC devem necessariamente estar uniformizados e identificados.
- 3) O PESSFE pode ser fechado ou as atividades de visitação interditadas, eventual e temporariamente, no caso de ocorrências excepcionais, como incêndios, grandes

- tempestades, e outros até que sejam afastados os riscos, devendo haver ampla divulgação e comunicação à sociedade.
- 4) Áreas com riscos de enchentes ou cabeça d'água ("tromba d'água") terão seu acesso limitado quando houver indicativos desses fenômenos.
 - 5) Todo os visitantes deverão assinar termo de responsabilidade no qual constará os riscos da atividade em área natural, bem como os procedimentos e condutas durante sua permanência na Unidade de Conservação, a ser elaborado pela Divisão de Unidades de Conservação.
 - 6) A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto de pesquisa devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
 - 7) A reintrodução de espécies ou indivíduos da fauna ou flora nativa será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme legislação vigente.
 - 8) A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer no interior da unidade ou entorno imediato, respeitado preferencialmente o mesmo tipo de ambiente ao qual a espécie está ecologicamente associada.
 - 9) É proibida a soltura de animais exóticos e alóctones na UC.
 - 10) Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos previstos no plano de uso público da UC, de ocupantes de áreas não indenizadas, de pessoas com necessidades especiais acompanhadas de cão de assistência, pesquisa e em resgate e salvamento.
 - 11) O uso de animais de carga e montaria é permitido em caso de combate a incêndios, busca e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para proteção, pesquisa e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas não indenizadas ou outros casos desde que devidamente aprovado pelo órgão gestor.
 - 12) A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, em casos excepcionais, com o uso de defensivos agrícolas químicos e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
 - 13) É permitida a realização de pesquisas científicas e outras atividades de cunho técnico-científico, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.
 - 14) A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão estar alinhadas ao padrão de identidade visual e sinalização do órgão gestor.
 - 15) Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
 - 16) A realização de eventos na UC é permitida, devendo seguir os procedimentos definidos em regulamentação específica.

- 17) É proibido o uso de fogo na UC, exceto em atividades relativas à prevenção e combate aos incêndios florestais, pesquisas ou treinamentos, desde que em concordância com o órgão gestor.
- 18) É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que aprovado ou regulamentado pelo órgão gestor da UC.
- 19) O treinamento militar não é permitido salvo de interesse da UC para caso de salvamento resgate e combate a incêndio, mediante solicitação prévia e autorização do órgão gestor do PESSFE.
- 20) É permitida a supressão de vegetação nativa na área de instalação de infraestrutura de interesse da UC de acordo com o zoneamento, conforme projeto aprovado pelo órgão gestor do PESSFE.
- 21) Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessários à gestão da UC devem, preferencialmente, considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, de água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
- 22) Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- 23) Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia para estruturas da UC, deverá ser, sempre que possível, utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigentes.
- 24) É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca, exploração de produtos ou subprodutos florestais, outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações:
 - a) atividades inerentes à gestão da área;
 - b) pesquisa científica, e
 - c) outros casos autorizados pela administração da UC.
- 25) O uso de veículos aéreos não tripulados na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor e respeitadas às legislações vigentes, quando for o caso.
- 26) O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos especiais, como situações de emergência, resgate ou atividades de proteção do PESSFE e casos excepcionais mediante autorização prévia da UC.
- 27) É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico do PESSFE, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.

- 28) São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC, desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco.
- 29) É permitida a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies exóticas no interior da UC, desde que devidamente aprovado pelo órgão gestor.
- 30) É permitida a instalação de novos equipamentos e infraestrutura necessária à exploração de atividades de visitação, desde que os projetos sejam previamente autorizados pelo órgão gestor.
- 31) Devem ser adotadas medidas de recuperação e adequação das trilhas no interior da UC, devendo haver a autorização do proprietário no caso de propriedades não indenizadas e quando o mesmo manifestar tal necessidade.
- 32) A visitação na UC, respeitadas as regras de cada uma das suas zonas, será definida pelo plano de uso público.
- 33) É proibido o uso de dermocosméticos em caso de banho ou contato com a água.
- 34) Não serão permitidas a entrada e a utilização na UC de tintas, em *spray* ou não, com exceção daquelas a serem utilizadas em pesquisas ou nas necessidades da UC.
- 35) Os arranjos paisagísticos das instalações do Parque deverão privilegiar espécies da UC, quando possível.
- 36) No caso da existência de animais asselvajados (ferais) no interior da UC, uma vez constatada a sua presença, sua erradicação fica na dependência de pesquisas e projeto específico, excetuando-se os casos que ameaçam a segurança das pessoas, cuja eliminação pode ser imediata.
- 37) É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas da UC na sua sinalização.
- 38) Poderão ser propostas delegações de uso, outras formas de cooperação ou parcerias de apoio nas ações de uso público e demais atividades de interesse da unidade de conservação, de acordo com a legislação vigente, diretrizes institucionais, e/ou conforme disposto no plano de uso público ou outros instrumentos específicos.
- 39) O uso de imagens do PESSFE com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo específico pelo órgão gestor. Quando a finalidade do uso de imagem da UC for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito.
- 40) Os imóveis ainda não regularizados terão suas atividades regradas em separado pela gestão do PESSFE, avaliadas caso a caso, priorizando a celebração de termos de compromisso entre cada proprietário e o órgão gestor da UC.
- 41) Todas as normas indicadas no presente plano de manejo, relativas aos casos das áreas não regularizadas, tornam-se sem efeitos, uma vez concluído cada processo de desapropriação.

4.3 Atos Legais e Administrativos

A última parte do plano de manejo consiste na identificação dos atos legais e administrativos que regem a UC. As decisões relacionadas à gestão e manejo da área são orientadas por atos legais e administrativos, muitos dos quais são celebrados com órgãos federais, estaduais e locais, empresas, serviços públicos, organizações parceiras, concessionárias, prestadores de serviços e outras entidades.

Esses instrumentos formais de ordenamento jurídico, como leis, portarias publicadas na imprensa oficial e instruções normativas, têm valor prático e institucional, além de estabelecerem restrições adicionais para o território da UC. A seguir, são apresentados os atos legais existentes para o PESSFE, organizados por tema.

a. Instrumentos de Gestão Ambiental e Unidades de Conservação

Instrução Normativa IAT nº 57, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre as normas e diretrizes para elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais.

Portaria IAT nº 297, de 27 de maio de 2025: Institui Conselho Consultivo de Unidades de Conservação Estaduais.

Portaria IAT nº 06, de 07 de janeiro de 2025: Regulamenta os Termos de Compromisso e estabelece diretrizes e procedimentos para formalizar compromissos dos municípios no apoio à gestão de áreas protegidas no Paraná visando melhorar o desempenho nos critérios das avaliações anuais do ICMS Ecológico por Biodiversidade e definir orientações para o cumprimento das obrigações municipais relacionadas às áreas protegidas assegurando a manutenção dessas áreas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC e no ICMS Ecológico.

Portaria IAT nº 05, de 07 de janeiro de 2025: Regulamenta o Programa ICMS Ecológico por Biodiversidade, que visa promover a conservação ambiental e atuar como aporte institucional para a estruturação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas - CEUC, vinculado à Diretoria de Patrimônio Natural - DIPAN do Instituto Água e Terra - IAT, com o objetivo de operacionalizar a Lei Complementar Estadual nº 249/2022 e os Decretos Estaduais nº 2.791/1996, nº 1.529/2007 e nº 3.446/1997.

Decreto Estadual nº 9.668, de 06 de dezembro de 2021: Promove alterações nos Decretos nº 9.109 e nº 9.110, de 23 de dezembro de 2010.

Decreto Estadual nº 9.110, de 23 de dezembro de 2010: Cria a Unidade de Conservação de Proteção Integral, denominada Parque Estadual da Serra da Esperança, nos Municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo.

Resolução conjunta SEMA/IAP nº 005 de 2009: Estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade no Estado do Paraná e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4340, de 22 de agosto de 2002: Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.945, de 05 de setembro de 2000: Institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, conforme especifica e adota outras providências.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998: Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

b. Uso Público em Unidades de Conservação

Portaria IAT nº 430, de 30 de outubro de 2024: Normas para turismo de aventura e ecoturismo em UCs.

Portaria IAT nº 429, de 30 de outubro de 2024: Doações para UCs do Paraná (INVESTE PARQUES).

Portaria IAT nº 255, de 10 de julho de 2024: Normas para pesquisas científicas em UCs estaduais.

Portaria IAT nº 244, de 17 de maio de 2023: Estabelecer as diretrizes e procedimentos para implementação do Projeto Passarilhar Paraná nas Unidades de Conservação Estaduais, vinculadas ao Programa Parques Paraná.

Portaria IAT nº 86, de 01 de março de 2023: Regulamenta o uso de equipamentos de aeromodelismo (drones e similares) em unidades de conservação estaduais.

c. Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental

Instrução Normativa IAT nº 54, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para realocação de Reserva Legal, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos de utilidade pública e/ou interesse social.

Instrução Normativa IAT nº 53, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para a compensação de Reserva Legal nas modalidades de Servidão Ambiental, Cadastramento de Área Equivalente, e doação de área no interior de Unidade de Conservação Estadual.

Instrução Normativa nº 16, de 24 de abril de 2025: Estabelece as diretrizes para compensação ambiental, no cumprimento do disposto no art. 17 da Lei Federal no 11.428, de 22 de dezembro de 2006 regulamentada pelo Decreto nº 6.660 de 21 de novembro de 2008, decorrente de supressão de vegetação nativa, pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, e seus ecossistemas associados, no Estado do Paraná.

Instrução Normativa IAT nº 13, de 24 de abril de 2025: Estabelece critérios para a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) nos licenciamentos ambientais de projetos agropecuários e plantios florestais de espécies exóticas que contemplem áreas incultas, nos termos que especifica.

Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024: Dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Portaria IAT nº 12, de 10 de janeiro de 2024: Estabelece diretrizes para estudos de fauna em processos de licenciamento ambiental no Estado do Paraná, revoga a Portaria IAT nº 51/2023, que

estabelece critérios para a emissão de Autorizações Ambientais para Estudos de Fauna em processos de Licenciamento Ambiental; a Instrução Normativa IAT nº 2/2023, que dispõe instruções para os procedimentos administrativos de autorizações Ambientais para Manejo de Fauna; e a Portaria IAT nº 22/2020, que estabelece procedimentos para a padronização metodológica ao monitoramento de atropelamentos de animais silvestres.

Portaria IAT nº 170, de 01 de julho de 2020: Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRADs em ecossistemas terrestres.

Decreto Estadual nº 11.515, de 29 de outubro de 2018: Regulamenta a Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre as formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Estado do Paraná.

Portaria IAP nº 59, de 15 de abril de 2015: Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.

Lei Estadual nº 18.295, de 11 de novembro de 2014: Institui o Programa de Regularização Ambiental - PRA nos imóveis rurais do Paraná.

d. Fauna e Flora

Decreto Estadual nº 6.040, de 05 de junho de 2024: Reconhece as espécies de fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná e dá outras providências.

Portaria GM/MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022: Reconhece a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Portaria IAP nº 59, de 15 de abril de 2015: Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal): Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica): Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 141, de 19 de dezembro de 2006: Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

Portaria IAP nº 192, de 02 de dezembro de 2005: Normatiza o processo de eliminação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras em Unidades de Conservação de Proteção Integral sob administração do IAP.

Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995: Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.

e. Crimes Ambientais

Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008: Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A legislação e as normativas acima foram indicadas quando da elaboração deste Plano de Manejo. Deverão ser sempre verificadas atualizações e revogações, conforme o caso, considerando a legislação e normas vigentes quando da aplicação da gestão da UC.

Ainda, todas as autorizações e permissões no interior do PESSFE deverão passar por anuência do órgão gestor. Os procedimentos e documentações necessários para cada solicitação variam de acordo com o tipo de autorização e que estão promulgados em Portarias e Anexos específicos.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, E. F. *et al.* Lista de mamíferos do Brasil (2021-22). Zenodo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5802047>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BARÇANTE, L.; VALE, M.; ALVES, M. A. S. Altitudinal migration by birds: a review of the literature and a comprehensive list of species. *Journal of Field Ornithology*, v. 88, n. 4, p. 321-335, 2017.
- BENCKE, G. A. *et al.* (Orgs.). Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil: parte 1 – estados do domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006. 494 p.
- BÉRNILS, R. S.; MOURA-LEITE, J. C. A contribuição de André Mayer à História Natural no Paraná (Brasil). 3. Répteis. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. 33, n. 2, p. 469-480, 1990.
- BÉRNILS, R. S. *et al.* Répteis. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Ed.). Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná e Mater Natura, 2004. p. 471-510.
- BIGARELLA, J. J. A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná: um problema de segurança ambiental e nacional. Curitiba: SEPLAN-ADEA, 1978. 248 p.
- BILLERMAN, S. M. *et al.* (Editores). *Birds of the World*. Cornell Laboratory of Ornithology, 2020. Disponível em: <https://birdsoftheworld.org/bow/home>. Acesso em: 4 mar. 2021.
- BONVICINO, C. R.; OLIVEIRA, J. A.; D'ANDREA, P. S. Guia de Roedores do Brasil, com chaves para gêneros baseadas em caracteres externos. Rio de Janeiro: Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – OPAS/OMS, 2008. 120 p. (Série Manuais Técnicos, 11).
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 24 jul. 2023.
- CÁCERES, N. C.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. Os marsupiais do Brasil: biologia, ecologia e evolução. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. 364 p.
- CASTELLA, P. R.; BRITZ, R. M. A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 233 p. (Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO).
- COLLAR, N. J. *et al.* *Threatened birds of the Americas: The ICBP/IUCN Red Data Book*. 3. ed. Cambridge: ICBP, 1992. 1150 p.
- CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: BUCKLEY, P. A. *et al.* (Eds.). *Neotropical ornithology*. Washington: American Ornithologists' Union, 1985. p. 49-84.
- DI-BERNARDO, M. Revalidation of the genus *Echinanthera* Cope, 1894, and its conceptual amplification (Serpentes, Colubridae). *Comunicações do Museu de Ciências da PUCRS, Série Zoologia*, v. 5, n. 13, p. 225-256, 1992.

- DI-BERNARDO, M. A new species of the Neotropical snake genus *Echinanthera* Cope, 1894 from Southeastern Brazil (Serpentes, Colubridae). *The Snake*, v. 27, p. 120-126, 1996.
- DI-BERNARDO, M.; LEMA, T. O gênero *Rhadinaea* Cope, 1863, no Brasil meridional. III. *Rhadinaea affinis* (Gunther, 1858) (Serpentes, Colubridae). *Acta Biológica Leopoldensia*, v. 10, n. 2, p. 223-252, 1988.
- DI-BERNARDO, M.; LEMA, T. O gênero *Rhadinaea* Cope, 1863 no Brasil Meridional. IV. *Rhadinaea bilineata* (Fischer, 1885) (Serpentes, Colubridae). *Acta Biológica Leopoldensia*, v. 12, n. 2, p. 359-392, 1990.
- DIXON, J. R.; WIEST, J. A.; CEI, J. M. Revision of the Neotropical snake genus *Chironius* Fitzinger (Serpentes, Colubridae). *Monografie del Museo Regionale di Scienze Naturali, Torino*, v. 13, p. 1-279, 1993.
- EBIRD. eBird: The Cornell Lab of Ornithology. 2022. Disponível em: <https://ebird.org>. Acesso em: 20 out. 2022.
- EISENBERG, J. F.; REDFORD, K. H. Mammals of the Neotropics. The central Neotropics: Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil. Chicago: University of Chicago Press, 1999. 609 p.
- EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. 5. ed. Brasília: Embrapa, 2018. (ISBN 978-85-7035-800-4).
- EMMONS, L. H. Neotropical rainforest mammals. Chicago: University of Chicago Press, 1990. 281 p.
- ENTIAUSPE-NETO, O. *et al.* Taxonomic revision of *Chironius bicarinatus* (Wied 1820) (Serpentes: Colubridae), with description of a new species. *Herpetological Monographs*, v. 34, p. 98-115, 2020.
- FOLMER, B. E. K.; HAURESKO, C. Os Kaingang da Terra Indígena Marrecas: Reflexões sobre Terra e Território. *Revista Espaço e Tempo Midiáticos (MITAS)*, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- FROST, D. R. Amphibian Species of the World: an Online Reference. American Museum of Natural History, 2022. Disponível em: <http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/index.php>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- GARDNER, A. L. Mammals of South America, Vol. 1: marsupials, xenarthrans, shrews, and bats. Chicago: University of Chicago Press, 2007. 669 p.
- GOERCK, J. M. Distribution of birds along an elevational gradient in the Atlantic forest of Brazil: implications for the conservation of endemic and endangered species. *Bird Conservation International*, v. 9, p. 235-253, 1999.
- GRAIPEL, M. E. *et al.* Mamíferos da Mata Atlântica. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (Ed.). *Revisões em Zoologia: Mata Atlântica*. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 391-482.
- IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 91 p. (Manuais Técnicos em Geociências, 1).
- IBGE. Mapa de Biomas do Brasil: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. Mapa em escala 1:5.000.000.
- IBGE. Mapa de vegetação do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b. Mapa em escala 1:5.000.000.
- IBGE. Mapa de unidades de relevo do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Mapa em escala 1:5.000.000.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 275 p. (Manuais Técnicos em Geociências, 1).

IBGE. Banco de Informações Ambientais - BDIA. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>. Acesso em: out. 2022.

IBGE. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2022.

IBGE. Mapa de clima do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15817-clima.html>. Acesso em: out. 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ICMBIO. Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Brasília: ICMBio, 2018. 208 p. (ISBN 978-65-5024-002-8). Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

ICMBIO/MMA. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Vol. III. Aves. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

INATURALIST. iNaturalist. 2022. Disponível em: <http://www.inaturalist.org>. Acesso em: 15 out. 2022.

INMET. Normais climatológicas (2011/2021). Brasília: INMET, 2022. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br>. Acesso em: out. 2022.

IPARDES. Base de dados do Estado – BDEweb. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 8 abr. 2025.

IPHAN. Patrimônio Material – Patrimônio Arqueológico. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acesso em: 14 mar. 2025.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species, 2022-1. 2022. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: 15 out. 2022.

KERN, A. A. História do Paraná. Curitiba: Editora Grafipar, 1989.

LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Região Sul. In: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2, p. 39.

LIMA, R. A. F. *et al.* The erosion of biodiversity and biomass in the Atlantic Forest biodiversity hotspot. *Nature Communications*, v. 11, p. 6347, 2020.

LORINI, M. L.; PERSSON, V. G. A contribuição de André Mayer à História Natural no Paraná: II. Mamíferos do segundo planalto paranaense. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. 33, n. 1, p. 117-132, 1990.

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. 452 p.

MARGARIDO, T. C. C.; BRAGA, F. G. Mamíferos. In: MIKICH, S. B.; BERNILS, R. S. (Ed.). Livro vermelho da fauna ameaçada do Estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. p. 27-142.

- MARINHO FILHO, J. Distribution of bat diversity in the southern and southeastern Brazilian Atlantic Forest. *Chiroptera Neotropical*, v. 2, n. 2, p. 51-54, 1996.
- MELLO-LEITÃO, C. de. As zonas de fauna da América tropical. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 8, p. 71-118, 1946.
- MINEROPAR. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 2001.
- MINEROPAR. Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná – Escala base 1:250.000, modelos reduzidos 1:500.000. Curitiba: MINEROPAR, 2006. 63 p.
- MINEROPAR. Mapa geológico do Estado do Paraná Folha de Curitiba (SG.22-X-D). Curitiba: MINEROPAR, 2005. Escala 1:250.000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo Educacional 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- MIRETZKI, M. Padrões de distribuição de mamíferos na Floresta Atlântica brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 294 p.
- MORATO, S. A. A. Padrões de Distribuição da Fauna de Serpentes da Floresta de Araucária e Ecossistemas Associados na Região Sul do Brasil. 1995. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995. 122 p.
- MORATO, S. A. A. *et al.* Répteis ameaçados de extinção no Estado do Paraná. In: Lista Vermelha de Animais Ameaçados de Extinção no Estado do Paraná. Curitiba: SEMA/GTZ, 1995.
- MORATO, S. A. A. *et al.* A new species of *Pseudoboa* Schneider, 1801, from Southeastern Brazil (Serpentes, Colubridae, Xenodontinae, Pseudoboini). *Comunicações do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, Série Zoologia*, v. 3, n. 2, p. 253-264, 1996.
- MOREIRA-LIMA, L. Aves da Mata Atlântica: riqueza, composição, status, endemismos e conservação. 2014. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MOREIRA-LIMA, L.; SILVEIRA, L. F. Aves da Mata Atlântica. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (Ed.). *Revisões em Zoologia: Mata Atlântica*. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 365-390.
- MORRONE, J. J. Biogeografía de América Latina y el Caribe. Zaragoza: SEA, 2001. 148 p. (Manuales y Tesis SEA, 3).
- MOURA-LEITE, J. C.; MORATO, S. A. A.; BERNILS, R. S. New records of reptiles from the state of Paraná, Brazil. *Herpetological Review*, v. 27, n. 4, p. 216-217, 1996.
- MOTA, L. T. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios no sul do Brasil. Maringá: Eduem, 1994.
- MÜLLER, P. The dispersal centres of terrestrial vertebrates in the Neotropical Realm. The Hague: Dr. W. Junk B.V., 1973. 244 p.
- NOGUEIRA, C. C. *et al.* Atlas of Brazilian Snakes: Verified Point-Locality Maps to Mitigate the Wallacean Shortfall in a Megadiverse Snake Fauna. *South American Journal of Herpetology*, v. 14, n. 1, p. 1-274, 2019.

PACHECO, J. F. *et al.* Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – segunda edição. *Ornithology Research*, v. 29, n. 2, 2021.
<https://doi.org/10.1007/s43388-021-00058-x>.

PAGLIA, A. P. *et al.* Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil 2ª Edição. *Occasional Papers in Conservation Biology*, n. 6, p. 1-76, 2012.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 9.109, de 23 de dezembro de 2010. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, a área de terras destinada a criação do Parque Estadual da Serra da Esperança. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 2010.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 9.668, de 6 de dezembro de 2021. Promove alterações nos Decretos nº 9.109 e nº 9.110, de 23 de dezembro de 2010. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 2021.

PARKER III, T. A.; STOTZ, D. F.; FITZPATRICK, J. W. Ecological and distributional databases. In: STOTZ, D. F. *et al.* (Eds.). *Neotropical birds: ecology and conservation*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p. 113-436.

PERSSON, V. G.; LORINI, M. L. Contribuição ao conhecimento mastofaunístico da Porção Centro-Sul do Estado do Paraná. *Acta Biológica Leopoldensia*, v. 12, n. 1, p. 79-98, 1990.

PINTO, O. M. O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista: 1ª parte, Aves não Passeriformes e Passeriformes não Oscines excluída a Fam. Tyrannidae e seguintes. *Revista do Museu Paulista*, v. 22, p. 1-566, 1938.

PINTO, O. M. O. Catálogo das Aves do Brasil e lista dos exemplares na coleção do Departamento de Zoologia: 2ª parte, Ordem Passeriformes (continuação): Superfamília Tyrannoidea e Subordem Passeres. São Paulo: Departamento de Zoologia, 1944. 700 p.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Dados de Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 20 set. 2022.

REIS, N. R. *et al.* Mamíferos do Brasil. 2. ed. Londrina: Nelio R. dos Reis, 2011. 439 p.

RIBAS, E. R.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. Distribuição e habitat das tartarugas de água-doce (Testudines, Chelidae) do Estado do Paraná, Brasil. *Biociências*, v. 10, n. 2, p. 15-32, 2002.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 8, p. 63-74, 1994.

SANTOS, S. C. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, H. G. dos *et al.* Cambissolo Háplico Alúmico. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2022. Disponível em:
https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn1sf65m02wx5ok0liq1mqzx3jrec.html. Acesso em: out. 2022.

SANTOS, L. J. *et al.* Mapeamento da vulnerabilidade geoambiental do estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 37, n. 4, p. 812-820, 2007.

SANTOS-PEREIRA, M.; POMBAL-JR., J. P.; ROCHA, C. F. C. Anuran amphibians in state of Paraná, southern Brazil. *Biota Neotropica*, v. 18, n. 3, e20170322, 2018.

SCHERER-NETO, P. *et al.* Lista das aves do Paraná. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2011. 130 p. (Hori Cadernos Técnicos, 2).

- SEGALLA, M. V.; LANGONE, J. A. Anfíbios. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Org.). Livro vermelho da fauna ameaçada do Estado do Paraná. Curitiba: IAP/Mater Natura, 2004. p. 539-577.
- SEGALLA, M. V. *et al.* List of Brazilian Amphibians. *Herpetologia Brasileira*, v. 10, n. 1, p. 121-216, 2021.
- SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, 2015. 140 p.
- SERAFINI, P. (Org.). Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Passeriformes Ameaçados dos Campos Sulinos e Espinilho. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2013. (Série Espécies Ameaçadas, 31).
- SICK, H. Migrações de aves na América do Sul continental. Brasília: Cemave, 1983. 86 p. (Publicação Técnica, 2).
- SICK, H. Ornitologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. 862 p.
- SILVA, J. M. C. da; SOUSA, M. C. de; CASTELLETI, C. H. M. Areas of endemism for passerine birds in the Atlantic Forest, South America. *Global Ecology and Biogeography*, v. 13, p. 85-92, 2004.
- SILVEIRA, L. F.; STRAUBE, F. C. Aves ameaçadas de extinção no Brasil. In: MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Eds.). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2008. v. 2, p. 378-679. (Série Biodiversidade, 19).
- SIMEPAR. Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná. Disponível em: <http://www.simepar.br/>. Acesso em: out. 2022.
- SNIS. Sistema Nacional de Informações do Saneamento. Dados do Saneamento Básico. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua. Acesso em: 12 set. 2022.
- SOMENZARI, M. *et al.* An overview of migratory birds in Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia*, v. 58, p. 1-66, 2018.
- STRAUBE, F. C.; ARRUDA, S. D. Coletânea da avifauna na porção sul do estado do Paraná. Resumos do I Congresso Brasileiro de Ornitologia, Belém, PA, n. 21, p. 15, 1991.
- STRAUBE, F. C.; DI GIÁCOMO, A. A avifauna das regiões subtropical e temperada do Neotrópico: desafios biogeográficos. *Ciência e Ambiente*, v. 35, p. 137-166, 2007.
- STRAUBE, F. C. *et al.* Coletânea da avifauna da região sul do estado do Paraná (sul do Brasil). *Atualidades Ornitológicas*, n. 125, 2005. [Resumo p. 10].
- STRAUBE, F. C. *et al.* Aves. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Orgs.). Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. p. 1-764.
- STRAUBE, F. C. *et al.* IPAVE-2012: Inventário participativo das aves do Paraná. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2013. 221 p. (Hori Cadernos Técnicos, 7).
- STRAUBE, F. C. *et al.* Desafios para o inventário avifaunístico do Paraná: 1. Interpolações de distribuição. *Atualidades Ornitológicas*, n. 176, p. 33-37, 2013.
- VALENTE, R. de M. *et al.* Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil. Belém: Conservação Internacional, 2011. 400 p.

VOSS, R. S.; EMMONS, L. H. Mammalian diversity in neotropical lowland rainforest: a preliminary assessment. Bulletin of the American Museum of Natural History, v. 230, p. 1-117, 1996.

WIKIAVES. Wiki Aves, a enciclopédia das aves do Brasil. Banco de dados online. 2022. Disponível em: <http://www.wikiaves.com.br>. Acesso em: 15 out. 2022.

WIKIPARQUES. Wikiparques. 2022. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/wiki/Categoria:Parana>. Acesso em: 7 out. 2022.

XENOCANTO. Xeno-canto: sharing bird songs around the world. Banco de dados online. 2022. Disponível em: <http://www.xeno-canto.org>. Acesso em: 15 out. 2022.



ANEXOS



ANEXO 1

MAPAS TEMÁTICOS



ANEXO 2

LISTA DE ESPÉCIES DE FLORA

Lista de espécies nativas encontradas no Parque Estadual Salto São Francisco, classificadas em ordem de família e espécie. Indica-se também o grau de endemismo no Brasil e o grau de ameaça nacional (CNCFlora) e internacional (IUCN Redlist).

FAMÍLIA	ESPÉCIE	ENDEMISMO	AMEAÇA	
			CNCFLORA	IUCN
Acanthaceae	<i>Aphelandra longiflora</i>	Não endêmica	LC	
Acanthaceae	<i>Justicia brasiliiana</i>	Não endêmica	LC	
Amaranthaceae	<i>Chamissoa acuminata</i>	Não endêmica	LC	
Amaranthaceae	<i>Iresine diffusa</i>	Não endêmica		
Anemiaceae	<i>Anemia phyllitidis</i>	Não endêmica		
Apocynaceae	<i>Rauvolfia sellowii</i>	Endêmica		
Arecaceae	<i>Geonoma schottiana</i>	Endêmica	LC	
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Não endêmica	LC	
Aspleniaceae	<i>Asplenium clausenii</i>	Não endêmica		
Aspleniaceae	<i>Asplenium inaequilaterale</i>	Não endêmica		
Asteraceae	<i>Dasyphyllum brasiliense</i>	Não endêmica		
Asteraceae	<i>Urolepis hecatantha</i>	Não endêmica		
Blechnaceae	<i>Neoblechnum brasiliense</i>	Não endêmica		
Campanulaceae	<i>Siphocampylus macropodus</i>	Endêmica		
Celastraceae	<i>Monteverdia evonymoides</i>	Não endêmica		
Cyperaceae	<i>Cyperus burkartii</i>	Não endêmica		
Dryopteridaceae	<i>Olfersia cervina</i>	Não endêmica		
Lamiaceae	<i>Ocimum carnosum</i>	Não endêmica		
Malpighiaceae	<i>Niedenzuella multiglandulosa</i>	Endêmica		
Malvaceae	<i>Pavonia sepium</i>	Não endêmica		

FAMÍLIA	ESPÉCIE	ENDEMISMO	AMEAÇA	
			CNCFLORA	IUCN
Melastomataceae	<i>Miconia latecrenata</i>	Endêmica		
Melastomataceae	<i>Miconia ligustroides</i>	Endêmica		
Meliaceae	<i>Trichilia claussenii</i>	Não endêmica		
Meliaceae	<i>Trichilia pallens</i>	Endêmica	LC	Baixo risco
Monimiaceae	<i>Hennecartia omphalandra</i>	Não endêmica		
Myrtaceae	<i>Eugenia chlorophylla</i>	Endêmica		
Orchidaceae	<i>Acianthera luteola</i>	Não endêmica		
Orchidaceae	<i>Acianthera saurocephala</i>	Endêmica	LC	
Orchidaceae	<i>Govenia utriculata</i>	Não endêmica	LC	
Passifloraceae	<i>Passiflora capsularis</i>	Não endêmica		
Passifloraceae	<i>Passiflora misera</i>	Não endêmica		
Passifloraceae	<i>Passiflora suberosa</i>	Não endêmica		
Passifloraceae	<i>Passiflora tenuifila</i>	Endêmica		
Phytolaccaceae	<i>Phytolacca thyrsoflora</i>	Não endêmica		
Piperaceae	<i>Peperomia tetraphylla</i>	Não endêmica		
Piperaceae	<i>Piper amalago</i>	Não endêmica		
Piperaceae	<i>Piper mollicomum</i>	Não endêmica		
Poaceae	<i>Hilodea pallens</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Niphidium crassifolium</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Pecluma recurvata</i>	Não endêmica		
Primulaceae	<i>Myrsine umbellata</i>	Não endêmica		
Pteridaceae	<i>Doryopteris patula</i>	Não endêmica		

FAMÍLIA	ESPÉCIE	ENDEMISMO	AMEAÇA	
			CNCFLORA	IUCN
Rubiaceae	<i>Cordia concolor</i>	Não endêmica		
Rubiaceae	<i>Ixora venulosa</i>	Não endêmica		
Rubiaceae	<i>Palicourea mamillaris</i>	Endêmica		
Rubiaceae	<i>Psychotria suterella</i>	Não endêmica		
Rutaceae	<i>Esenbeckia grandiflora</i>	Não endêmica		
Rutaceae	<i>Esenbeckia hieronymi</i>	Não endêmica	NT	
Solanaceae	<i>Solanum sanctae-catharinae</i>	Não endêmica		
Urticaceae	<i>Boehmeria caudata</i>	Não endêmica		
Urticaceae	<i>Urera baccifera</i>	Não endêmica		

Obs: LC = Pouco Preocupante. NT = Quase Ameaçado. Dados foram obtidos a partir do GBIF (Global Biodiversity Information Facility) e speciesLink Network – Herbário Virtual da Flora e dos Fungos.

A photograph of a waterfall cascading over a rocky cliff in a dense, green forest. The water is white and frothy as it falls. The surrounding vegetation is thick with various trees and ferns. Two curved lines, one blue and one green, arch over the top of the image. The text is overlaid on the lower half of the image.

ANEXO 3

LISTAS DE ESPÉCIES DE FAUNA

Lista de mastofauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
CARNIVORA									
CANIDAE									
Cerdocyon thous	cachorro-do-mato	T	TE						
Chrysocyon brachyurus	lobo-guará	T	TE	EC				VU	EN
Lycalopex gymnocercus	graxaim-do-campo	T	TE	CS					
MUSTELIDAE									
Eira barbara	irara	T	TE						
Galictis cuja	furão-pequeno	T	TE						
Lontra longicaudis	lontra	T	SA	CAF					VU
PROCYONIDAE									
Nasua nasua	quati	T	ES						
Procyon cancrivorus	mão-pelada	T	TE	BR					
FELIDAE									
Herpailurus yagouaroundi	jaguarundi	T	TE					VU	VU
Leopardus guttulus	gato-do-mato-pequeno	T	ES		x	x	VU	VU	VU
Leopardus pardalis	jaguaririca	T	ES						VU
Leopardus wiedii	gato-maracajá	T	ES					VU	EN
Puma concolor	puma	T	TE					VU	VU
Panthera onca	onça-pintada	T	TE					VU	CR
CETARTIODACTYLA									
CERVIDAE									
Mazama rufa	veado-mateiro	T	TE						VU

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Subulo gouazoubira</i>	veado-catingueiro	T	TE						
<i>Mazama nana</i>	veado-cambuta	T	TE		x			VU	VU
TAYASSUIDAE									
<i>Dicotyles tajacu</i>	cateto	T	TE						EN
<i>Tayassu pecari</i>	queixada	T	TE					VU	CR
CHIROPTERA									
MOLOSSIDAE									
<i>Cynomops abrasus</i>	morcego	V	AE						
<i>Eumops auripendulus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossops neglectus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossus molossus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossus rufus</i>	morcego	V	AE						
<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Promops nasutus</i>	morcego	V	AE						
<i>Tadarida brasiliensis</i>	morcego	V	AE						
NOCTILIONIDAE									
<i>Noctilio albiventris</i>	morcego-pescador-pequeno	V	AE	CAF					
<i>Noctilio leporinus</i>	morcego-pescador-grande	V	AE	CAF					
PHYLLOSTOMIDAE									
<i>Carollia perspicillata</i>	morcego	V	AE						
<i>Desmodus rotundus</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Diaemus youngii</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Diphylla ecaudata</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Anoura caudifer</i>	morcego-beija-flor	V	AE						
<i>Anoura geoffroyi</i>	morcego-beija-flor	V	AE						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Glossophaga soricina</i>	morcego-beija-flor	V	AE						
<i>Tonatia bidens</i>	morcego-caçador	V	AE						
<i>Chrotopterus auritus</i>	morcego-caçador	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) fimbriatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) lituratus</i>	morcego	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) planirostris</i>	morcego	V	AE						
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Pygoderma bilabiatum</i>	morcego	V	AE						
<i>Vampyressa pusilla</i>	morcego	V	AE						
<i>Sturnira (Sturnira) lilium</i>	morcego-flor-de-lis	V	AE						
VESPERTILIONIDAE									
<i>Myotis albescentis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis levis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis nigricans</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis riparius</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis ruber</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus brasiliensis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus diminutus</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus furinalis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Histiotus velatus</i>	morcego-orelhudo	V	AE						
<i>Lasiurus (Aeorestes) egregius</i>	morcego	V	AE						
<i>Lasiurus (Aeorestes) cinereus</i>	morcego-lanoso	V	AE						
<i>Lasiurus (Lasiurus) blossevillii</i>	morcego-taturana	V	AE						
CINGULATA									
DASYPODIDAE									

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Dasypus (Dasypus) novemcinctus</i>	tatu-galinha	T	FS						
<i>Dasypus (Muletia) septemcinctus</i>	tatu-mulita	T	FS						
CHLAMYPHORIDAE									
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba	T	FS						
<i>Cabassous tatouay</i>	tatu-de-rabo-mole-grande	T	FS						
DIDELPHIMORPHIA									
DIDELPHIDAE									
<i>Caluromys lanatus</i>	cuíca-lanosa	T	AR						
<i>Chironectes minimus</i>	cuíca-d'água	T	SA	CAF					
<i>Lutreolina crassicaudata</i>	cuíca-de-cauda-grossa	T	ES	CH					
<i>Marmosa (Micoureus) paraguayana</i>	cuíca	T	ES						
<i>Monodelphis (Microdelphys) americana</i>	cuíca-de-três-listras	T	TE						
<i>Monodelphis (Monodelphiops) dimidiata</i>	catita	T	TE						
<i>Marmosops (Marmosops) incanus</i>	cuíca	T	ES		x				
<i>Gracilinanus agilis</i>	cuíca	T	AR						
LAGOMORPHA									
LEPORIDAE									
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	tapiti	T	TE						
<i>Lepus europaeus</i> exo	lebre	T	TE	CS					
PERISSODACTYLA									
TAPIRIDAE									
<i>Tapirus terrestris</i>	anta	T	TE	BR				VU	CR
PILOSA									
MYRMECOPHAGIDAE									
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	tamanduá-bandeira	T	TE	EC					CR

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim	T	ES						
PRIMATES									
ATELIDAE									
<i>Alouatta guariba</i>	bugio	T	AR	DO				VU	CR
CEBIDAE									
<i>Sapajus nigritus</i>	macaco-prego-preto	T	AR	DO		x			
RODENTIA									
CAVIIDAE									
<i>Cavia aperea</i>	preá	T	TE	CH					
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	capivara	T	SA	BR					
CUNICULIDAE									
<i>Cuniculus paca</i>	paca	T	TE	CAF					VU
DASYPROCTIDAE									
<i>Dasyprocta azarae</i>	cutia	T	TE						
ECHIMYIDAE									
<i>Kannabateomys amblyonyx</i>	rato-da-taquara	T	AR	BB					
<i>Phyllomys medius</i>	rato-da-árvore	T	AR		x	x			CR
<i>Myocastor coypus</i> exo	ratão-do-banhado	T	SA	BR					
ERETHIZONTIDAE									
<i>Coendou spinosus</i>	ouriço-cacheiro	T	AR	DO					
CRICETIDAE									
<i>Delomys dorsalis</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Delomys sublineatus</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Akodon montensis</i>	rato-do-chão	T	TE						
<i>Akodon paranaensis</i>	rato-do-chão	T	TE			x			

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Bibimys labiosus</i>	rato-do-chão	T	TE			x			
<i>Brucepattersonius iheringi</i>	rato-do-chão	T	SF		x	x			
<i>Necomys lasiurus</i>	rato-do-mato	T	TE						
<i>Oxymycterus quaestor</i>	rato-quati	T	SF			x			
<i>Euryoryzomys russatus</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Holochilus brasiliensis</i>	rato-d'água	T	SA						
<i>Nectomys squamipes</i>	rato-d'água	T	SA						
<i>Oecomys catherinae</i>	rato-da-árvore	T	AR						
<i>Oligoryzomys flavescens</i>	rato-do-mato	T	ES						
<i>Oligoryzomys nigripes</i>	rato-do-mato	T	ES						
<i>Sooretamys angouya</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Juliomys pictipes</i>	rato-do-mato	T	AR			x			
MURIDAE									
<i>Mus musculus</i> exo	camundongo	T	ES						
<i>Rattus rattus</i> exo	rato-doméstico	T	ES						
<i>Rattus norvegicus</i> exo	ratazana	T	ES						
SCIURIDAE									
<i>Guerlinguetus brasiliensis</i>	serelepe	T	AR	DO					

*Considerando a subespécie *clamitans*, subespécie ainda em discussão.

Legenda: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; A, aquático; V, voadora); DES, deslocamento (NA, natante, AS, semiaquática, ES, escansorial, AR, arborícola, TE, terrícola, SF, semifossorial, FS, fossorial, AE, aerícola); HE, uso de habitats especiais (CAF, corpos d'água florestais; CH, campos úmidos; CS, campos secos; DO, dossel e copa; BB, bambuzais; EC, ambiente estépico-savânico com cupinzeiros; AR, afloramentos rochosos e cavernas; BR, beira de rios, matas ripícolas); **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; CE, endêmica do Cerrado; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), Criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo; EN, em perigo; VU, vulnerável; LC, menos preocupante.

Lista de avifauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
TINAMIFORMES													
TINAMIDAE													
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	T	F		G		x				VU		
<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuguaçu	T	F		M								
<i>Crypturellus parvirostris</i>	inhambu-chororó	T	G		P								
<i>Crypturellus tataupa</i>	inhambu-chintã	T	F		M								
<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz	T	A		M								
<i>Nothura maculosa</i>	codorna-amarela	T	A		M								
ANSERIFORMES													
ANATIDAE													
<i>Dendrocygna bicolor</i>	marreca-caneleira	D	A		P							VO	II
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	D	A		P								II
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	D	A		M								
<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	pato-de-crista	D	A		M							PM	II
<i>Amazonetta brasiliensis</i>	marreca-ananaí	D	A		P								
<i>Spatula versicolor</i>	marreca-cricri	D	A		M							VO	
<i>Anas bahamensis</i>	marreca-toicinho	D	A		P								
<i>Anas georgica</i>	marreca-parda	D	A		P							VO	
<i>Anas flavirostris</i>	marreca-pardinha	D	A		M						EN	Alt	
<i>Nomonyx dominicus</i>	marreca-caucau	D	A		M								
GALLIFORMES													
CRACIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Penelope superciliaris</i>	jacupemba	T	F		M								
<i>Penelope obscura</i>	jacuguaçu	T	F		M								
<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga	T	F		G		x		EN	EN	EN	Alt	
ODONTOPHORIDAE													
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	T	F		G		x						
PODICIPEDIFORMES													
PODICIPEDIDAE													
<i>Tachybaptus dominicus</i>	mergulhão-pequeno	D	A		M								
<i>Podilymbus podiceps</i>	mergulhão-caçador	D	A		M								
COLUMBIFORMES													
COLUMBIDAE													
<i>Columba livia</i> exo	pombo-doméstico	T	G		P								
<i>Patagioenas picazuro</i>	pomba-asa-branca	T	F		M								
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	T	F		M								
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	T	F		G							Alt	
<i>Geotrygon montana</i>	pariri	T	F		M								
<i>Geotrygon violacea</i>	juriti-vermelha	T	F		G						EN		
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	T	F		P								
<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-de-testa-branca	T	F		M								
<i>Zenaida auriculata</i>	avoante	T	G	NI/AG	P							PM	
<i>Claravis pretiosa</i>	pararu-azul	T	F		M								
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	T	G		P								
<i>Columbina squammata</i>	rolinha-fogo-apagou	T	G		P								
<i>Columbina picui</i>	rolinha-pucuí	T	G		P								
CUCULIFORMES													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
CUCULIDAE													
Guira guira	anu-branco	T	G		P								
Crotophaga major	anu-coroca	T	F		M								
Crotophaga ani	anu-preto	T	G		P								
Tapera naevia	saci	T	F		P								
Dromococcyx phasianellus	peixe-frito	T	F		M								
Dromococcyx pavoninus	peixe-frito-pavonino	T	F		G								
Piaya cayana	alma-de-gato	T	F		P								
Coccyzus melacoryphus	papa-lagarta-acanelado	T	F		P								
Coccyzus americanus	papa-lagarta-de-asa-vermelha	T	F		M							VN	
Coccyzus euleri	papa-lagarta-de-euler	T	F		M								
NYCTIBIIFORMES													
NYCTIBIIDAE													
Nyctibius griseus	urutau	T	F		P								
CAPRIMULGIFORMES													
CAPRIMULGIDAE													
Antrostomus sericocaudatus	bacurau-rabo-de-seda	T	F		M						EN		
Lurocalis semitorquatus	tuju	T	F		M							PM	
Nyctidromus albicollis	bacurau	T	G		P								
Hydropsalis parvula	bacurau-chintã	T	A		P							PM	
Hydropsalis longirostris	bacurau-da-telha	T	A	AR	P								
Hydropsalis torquata	bacurau-tesoura	T	A		P								
Hydropsalis forcipata	bacurau-tesourão	T	F		M		x						
Podager nacunda	corucão	T	A		P							PM	
Chordeiles minor	bacurau-norte-americano	T	A		P							VN	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
APODIFORMES													
APODIDAE													
Cypseloides fumigatus	taperuçu-preto	V	F	AR	M								
Cypseloides senex	taperuçu-velho	V	F	AR	M								
Streptoprocne zonaris	taperuçu-de-coleira-branca	V	G	AR	P								
Streptoprocne biscutata	taperuçu-de-coleira-falha	V	G	AR	M								
Chaetura cinereiventris	andorinhão-de-sobre-cinzento	V	F		M							Alt	
Chaetura meridionalis	andorinhão-do-temporal	V	G		P								
TROCHILIDAE													
Florisuga fusca	beija-flor-preto	T	F		M							PM	
Phaethornis pretrei	rabo-branco-acanelado	T	F		P								
Phaethornis eurynome	rab-branco-de-garganta-rajada	T	F		M		x						
Colibri serrirostris	beija-flor-de-orelha-violeta	T	A		M							Alt	
Anthracothorax nigricollis	beija-flor-de-veste-preta	T	F		P							PM	
Calliphlox amethystina	estrelinha-ametista	T	F		P								
Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho	T	F		P								
Stephanoxis loddigesii	beija-flor-de-topete-azul	T	F		P		x						
Thalurania glaucopis	beija-flor-de-fronte-violeta	T	F		M		x						
Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura	T	F		P								
Chrysuronia versicolor	beija-flor-de-banda-branca	T	F		P								
Leucochloris albicollis	beija-flor-de-papo-branco	T	F		P		x						
Chionomesa lactea	beija-flor-de-peito-azul	T	F		P								
Hylocharis chrysura	beija-flor-dourado	T	F		P								
GRUIFORMES													
RALLIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Porphyrio martinica</i>	frango-d'água-azul	D	A		P							PM	
<i>Laterallus melanophaius</i>	sanã-parda	D	A	BH	P								
<i>Laterallus leucopyrrhus</i>	sanã-vermelha	D	A	BH	M								
<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-sanã	D	A	BH	M								
<i>Pardirallus sanguinolentus</i>	saracura-do-banhado	D	A	BH	M							PM	
<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato	D	F		M		x						
<i>Gallinula galeata</i>	galinha-d'água	D	A		P							Alt	
CHARADRIIFORMES													
CHARADRIIDAE													
<i>Vanellus cayanus</i>	mexeriqueira	D	A	PF	M								
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	D	G	AG	P								
RECURVIROSTRIDAE													
<i>Himantopus melanurus</i>	pernilongo-de-costas-brancas	D	A	AG	P							PM	II
SCOLOPACIDAE													
<i>Bartramia longicauda</i>	maçarico-do-campo	D	A	CL	G							VN	
<i>Calidris melanotos</i>													
<i>Gallinago paraguaiae</i>	narceja	D	A	CH	G								II
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário	D	A	PF	P							VN	
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-perna-amarela	D	A	PF	P							VN	
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	D	A	PF	P							VN	
JACANIDAE													
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	D	A	HL	P								
LARIDAE													
<i>Rynchops niger</i>	talha-mar	D	A	AG	M							PM	
CICONIIFORMES													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
CICONIIDAE													
Ciconia maguari	maguari	D	A		P								
Mycteria americana	cabeça-seca	D	A	NI	P								
SULIFORMES													
ANHINGIDAE													
Anhinga anhinga	biguatinga	D	A		M								
PHALACROCORACIDAE													
Nannopterum brasilianum	biguá	D	A	NI/AG	P							Alt	
PELECANIFORMES													
ARDEIDAE													
Tigrisoma lineatum	socó-boi	D	F		M								
Nycticorax nycticorax	socó-dorminhoco	D	F	NI	P								
Butorides striata	socozinho	D	A		P								
Bubulcus ibis exo	garça-vaqueira	D	A		P							Alt	
Ardea cocoi	garça-moura	D	F		P								
Ardea alba	garça-branca-grande	D	A	NI	P								
Syrigma sibilatrix	maria-faceira	D	A		M								
Egretta thula	garça-branca-pequena	D	A	NI	P								
THRESKIORNITHIDAE													
Mesembrinibis cayennensis	coró-coró	D	F		M								
Phimosus infuscatus	tapicuru	D	A	NI/AG	M								
Theristicus caudatus	curicaca	D	A	NI	P								
Platalea ajaja	colhereiro	D	A	NI	M							PM	
CATHARTIFORMES													
CATHARTIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Sarcoramphus papa</i>	urubu-rei	T	G		M							PM	
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-preto	T	G		P							PM	II
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	T	G		P							VN	
ACCIPITRIFORMES													
PANDIONIDAE													
<i>Pandion haliaetus</i>	águia-pescadora	T	F		M							VN	II
ACCIPITRIDAE													
<i>Elanus leucurus</i>	gavião-peneira	T	A		P							PM	
<i>Chondrohierax uncinatus</i>	gavião-caracoleiro	T	F	AE	M						VU	Alt	
<i>Leptodon cayanensis</i>	gavião-gato	T	F		M							Alt	
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pegas-macaco	T	F		M						VU		
<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho	T	F		M						EN	Alt	
<i>Harpagus diodon</i>	gavião-bombachinha	T	F		M								
<i>Ictinia plumbea</i>	sovi	T	F		M							PM	
<i>Circus buffoni</i>	gavião-do-banhado	T	A	CH	G							PM	
<i>Accipiter poliogaster</i>	tauató-pintado	T	F		G						VU	PM	
<i>Accipiter striatus</i>	tauató-miúdo	T	F		M							PM	
<i>Accipiter bicolor</i>	gavião-bombachinha-grande	T	F		M							PM	
<i>Geranospiza caerulescens</i>	gavião-pernilongo	T	F		M								
<i>Heterospizias meridionalis</i>	gavião-caboclo	T	A		P							PM	
<i>Urubitinga urubitinga</i>	gavião-preto	T	F		M								
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	T	F		P								
<i>Parabuteo leucorrhous</i>	gavião-de-sobre-branco	T	F		M								
<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	T	A		P							PM	
<i>Pseudastur polionotus</i>	gavião-pombo-grande	T	F		G		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-asa-curta	T	F		M							PM	
<i>Buteo albonotatus</i>	gavião-urubu	T	F		M							PM	
STRIGIFORMES													
TYTONIDAE													
<i>Tyto furcata</i>	suindara	T	G		P								
STRIGIDAE													
<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato	T	F		P								
<i>Megascops sanctaecatarinae</i>	corujinha-do-sul	T	F		P		x						
<i>Pulsatrix koenigswaldiana</i>	murucututu-de-barriga-amarela	T	F		G		x						
<i>Strix hylophila</i>	coruja-listrada	T	F		G		x						
<i>Strix virgata</i>	coruja-do-mato	T	F		M								
<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé	T	F		P								
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	T	G		P								
<i>Aegolius harrisi</i>	caburé-acanelado	T	F		G						VU		
<i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda	T	F		P								
<i>Asio stygius</i>	mocho-diabo	T	F		M								
TROGONIFORMES													
TROGONIDAE													
<i>Trogon surrucura</i>	sucuruá-variado	T	F		P								
<i>Trogon chrysochloros</i>		T	F		M		x						
CORACIIFORMES													
MOMOTIDAE													
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva	T	F		M		x						
ALCEDINIDAE													
<i>Megaceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	T	F		P							PM	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	T	F		P							PM	
<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno	T	F		P							PM	
GALBULIFORMES													
BUCCONIDAE													
<i>Nonnula rubecula</i>	macuru	T	F		G								
<i>Nystalus chacuru</i>	joão-bobo	T	A		M								
PICIFORMES													
RAMPHASTIDAE													
<i>Ramphastos dicolorus</i>	tucano-de-bico-verde	T	F		M		x						
<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana	T	F		G		x				VU		
<i>Pteroglossus castanotis</i>	araçari-castanho	T	F		G								
PICIDAE													
<i>Picumnus temminckii</i>	picapauzinho-de-coleira	T	F		M		x						
<i>Picumnus nebulosus</i>	picapauzinho-carijó	T	F		M		x						
<i>Melanerpes candidus</i>	pica-pau-branco	T	F		P								
<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito-de-testa-amarela	T	F		M		x						
<i>Veniliornis spilogaster</i>	pica-pau-verde-carijó	T	F		M								
<i>Campephilus robustus</i>	pica-pau-rei	T	F		M		x						
<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-de-banda-branca	T	F		P								
<i>Celeus galeatus</i>	pica-pau-de-cara-canela	T	F		G		x		VU	EN	EN		
<i>Piculus aurulentus</i>	pica-pau-dourado	T	F		M		x						
<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado	T	F		P								
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	T	A		P							Alt	
FALCONIFORMES													
FALCONIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauã	T	F		P								
<i>Micrastur ruficollis</i>	falcão-caburé	T	F		M								
<i>Micrastur semitorquatus</i>	falcão-relógio	T	F		M								
<i>Caracara plancus</i>	carcará	T	G		P								
<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	T	F		P								
<i>Milvago chimango</i>	chimango	T	G		P							PM	
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	T	A		P							PM	
<i>Falco rufigularis</i>	cauré	T	F		P								
<i>Falco femoralis</i>	falcão-de-coleira	T	A		P							PM	
<i>Falco peregrinus</i>	falcão-peregrino	T	G	AR	M							VN	
PSITTACIFORMES													
PSITTACIDAE													
<i>Myiopsitta monachus</i>	caturrita	T	G		P								
<i>Pionopsitta pileata</i>	cuiú-cuiú	T	F		M		x						
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	T	F		M								
<i>Amazona vinacea</i>	papagaio-de-peito-roxo	T	F		G		x		EN	VU	VU		
<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-louro	T	F		M								
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	T	F		M		x						
<i>Aratinga auricapillus</i>	jandaia-de-testa-vermelha	T	F		M	x							
<i>Primolius maracana</i>	maracanã	T	F		M						EN		
<i>Psittacara leucophthalmus</i>	periquitão	T	F		P								
PASSERIFORMES													
THAMNOPHILIDAE													
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	T	F		M							Alt	
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	chorozinho-de-asa-vermelha	T	F		M		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Thamnophilus doliatus</i>	choca-barrada	T	F		P								
<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	choca-de-chapéu-vermelho	T	G		P								
<i>Thamnophilus caerulescens</i>	choca-da-mata	T	F		P								
<i>Batara cinerea</i>	matracão	T	F	CB	M								
<i>Mackenziaena leachii</i>	borralhara-assobiadora	T	F	CB	M		x						
<i>Mackenziaena severa</i>	borralhara	T	F		M		x						
<i>Biatas nigropectus</i>	papo-branco	T	F	BB	G		x		VU				
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul	T	F		M		x						
<i>Drymophila rubricollis</i>	trovoada-dublê	T	F	BB	M		x						
<i>Drymophila malura</i>	choquinha-carijó	T	F	CB	M		x						
CONOPOPHAGIDAE													
<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	T	F		M		x						
GRALLARIIDAE													
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu	T	F		G								
<i>Cryptopezus nattereri</i>	pinto-do-mato	T	F		G		x						
RHINOCRYPTIDAE													
<i>Psilorhamphus guttatus</i>	tapaculo-pintado	T	F		M		x						
<i>Eleoscytalopus indigoticus</i>	macuquinho	T	F		M	x	x						
<i>Scytalopus iraiensis</i>	tapaculo-da-várzea	T	A	CH	G	x		x	EN	EN	CR		
<i>Scytalopus speluncae</i>	tapaculo-preto	T	F		M	x	x						
FORMICARIIDAE													
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha	T	F		G								
<i>Chamaeza ruficauda</i>	tovaca-de-rabo-vermelho	T	F		G		x						
SCLERURIDAE													
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha	T	F		G		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
DENDROCOLAPTIDAE													
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	T	F		M								
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande	T	F		M								
<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-de-garganta-branca	T	F		M		x						
<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	arapaçu-rajado	T	F		G								
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto	T	F	BB	G		x						
<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>	arapaçu-escamoso-do-sul	T	F		M		x						
XENOPIIDAE													
<i>Xenops minutus</i>	bico-virado-miúdo	T	F		M								
<i>Xenops rutilans</i>	bico-virado-carijó	T	F		M								
FURNARIIDAE													
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	T	G		P								
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca	T	F	BR	M								
<i>Heliobletus contaminatus</i>	trepadorzinho	T	F		G		x						
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>	trepador-quiete	T	F		M								
<i>Dendroma rufa</i>	limpa-folha-de-testa-baia	T	F		M								
<i>Clibanornis dendrocolaptoides</i>	cisqueiro	T	F	BR	M		x						
<i>Automolus leucophthalmus</i>	barranqueiro-de-olho-branco	T	F		M		x						
<i>Leptasthenura striolata</i>	grimpeirinho	T	F		M	x	x				EN		
<i>Leptasthenura setaria</i>	grimpeiro	T	F		P		x						
<i>Phacellodomus striaticollis</i>	tio-tio	T	A	CA	M						CR		
<i>Anumbius annumbi</i>	cochicho	T	A		M								
<i>Cranioleuca obsoleta</i>	arredio-oliváceo	T	F		M		x						
<i>Cranioleuca pallida</i>	arredio-pálido	T	F		M	x	x						
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	curutié	T	A	CH	M								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Synallaxis cinerascens</i>	pipuí	T	F		M		x						
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichororé	T	F		M		x						
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném	T	F		P								
<i>Synallaxis frontalis</i>	petrim	T	F		P								
PIPRIDAE													
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará	T	F		M		x						
COTINGIDAE													
<i>Carpornis cucullata</i>	corocoxó	T	F		G	x	x						
<i>Phibalura flavirostris</i>	tesourinha-da-mata	T	F		M		x				VU	Alt	
<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó	T	F		M								
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	T	F		G		x		VU			Alt	
TITYRIDAE													
<i>Schiffornis virescens</i>	flautim	T	F		M		x						
<i>Tityra inquisitor</i>	anambé-branco-de-bochecha-parda	T	F		M								
<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-de-rabo-preto	T	F		M								
<i>Pachyramphus viridis</i>	caneleiro-verde	T	F		M								
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleiro	T	F		M								
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleiro-preto	T	F		P							PM	
<i>Pachyramphus validus</i>	caneleiro-de-chapéu-preto	T	F		M							PM	
PIPRITIDAE													
<i>Piprites pileata</i>	caneleirinho-de-chapéu-preto	T	F		G		x		VU		CR		
PLATYRINCHIDAE													
<i>Platyrinchus mystaceus</i>	patinho	T	F		M								
RHYNCHOCYCLIDAE													
<i>Mionectes rufiventris</i>	abre-asa-de-cabeça-cinza	T	F		M		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	T	F		M								
<i>Corythopsis delalandi</i>	estalador-do-norte	T	F		M								
<i>Phylloscartes eximius</i>	barbudinho	T	F		M		x						
<i>Phylloscartes ventralis</i>	borboletinha-do-mato	T	F		M								
<i>Phylloscartes paulista</i>	não-pode-parar	T	F		M		x				VU		
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	T	F		M								
<i>Todirostrum poliocephalum</i>	teque-teque	T	F		P	x	x						
<i>Todirostrum cinereum</i>	ferreirinho-relógio	T	F		P								
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i>	tororó	T	F	CB	M								
<i>Myiornis auricularis</i>	muidinho	T	F		P		x						
<i>Hemitriccus diops</i>	olho-falso	T	F	BB	M		x						
<i>Hemitriccus obsoletus</i>	catraca	T	F	BB	M		x						
TYRANNIDAE													
<i>Hirundinea ferruginea</i>	gibão-de-couro	T	A		P								
<i>Euscarthmus meloryphus</i>	barulhento	T	A		P								
<i>Tyranniscus burmeisteri</i>	piolhinho-chiador	T	F		M								
<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	T	F		P							Alt	
<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-de-barriga-amarela	T	F		P							PM	
<i>Elaenia spectabilis</i>	guaracava-grande	T	F		P							PM	
<i>Elaenia parvirostris</i>	tuque-pium	T	F		P							PM	
<i>Elaenia mesoleuca</i>	tuque	T	F		P		x					PM	
<i>Elaenia obscura</i>	tucão	T	F		M								
<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta	T	F		M							Alt	
<i>Myiopagis viridicata</i>	guaracava-de-crista-alaranjada	T	F		M							PM	
<i>Capsiempis flaveola</i>	marianinha-amarela	T	F	BB	P								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Phyllomyias virescens</i>	piolhinho-verdoso	T	F		M		x						
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho	T	F		M								
<i>Serpophaga nigricans</i>	joão-pobre	T	F		P								
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	T	F		P							VO	
<i>Attila phoenicurus</i>	capitão-castanho	T	F		G								
<i>Legatus leucophaeus</i>	bem-te-vi-pirata	T	F		P							PM	
<i>Ramphotrigon megacephalum</i>	maria-cabeçuda	T	F	BB	M								
<i>Myiarchus swainsoni</i>	irré	T	F		P							PM	
<i>Myiarchus ferrox</i>	maria-cavaleira	T	F		P								
<i>Sirystes sibilator</i>	gritador	T	F		M								
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	T	G		P							PM	
<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro	T	G		P								
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-te-vi-rajado	T	F		P							PM	
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	T	F		P								
<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho	T	F		P								
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	T	G		P							PM	
<i>Tyrannus savana</i>	tesourinha	T	G	AG	P							PM	
<i>Empidonax varius</i>	peitica-de-chapéu-preto	T	F		P							PM	
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha	T	F		P								
<i>Arundinicola leucocephala</i>	freirinha	T	A	CH	M								
<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira-mascarada	T	F		P								
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe	T	G		P							PM	
<i>Muscipora vetula</i>	tesoura-cinzenta	T	F		M		x					Alt	
<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe	T	F		P							PM	
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu	T	F		P								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Lathrotriccus euleri</i>	enferrujado	T	F		M							PM	
<i>Contopus cinereus</i>	papa-moscas-cinzentos	T	F		P								
<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	T	G		P							Alt	
<i>Hymenops perspicillatus</i>	viuvinha-de-óculos	T	A		M							PM	
<i>Knipolegus cyanirostris</i>	maria-preta-de-bico-azulado	T	F		P								
<i>Xolmis irupero</i>	noivinha	T	A	CA	P						CR		
<i>Xolmis velatus</i>	novinha-branca	T	A		M								
<i>Nengetus cinereus</i>	primavera	T	A		P								
VIREONIDAE													
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	T	F		P								
<i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	T	F		M		x						
<i>Vireo chivi</i>	juruviara	T	F		P							PM	
CORVIDAE													
<i>Cyanocorax caeruleus</i>	gralha-azul	T	F		M		x						
<i>Cyanocorax chrysops</i>	gralha-picaça	T	F		P								
HIRUNDINIDAE													
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	V	G		P							VS	
<i>Alopocheilidon fucata</i>	andorinha-morena	V	A		M								
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	V	A	AG	P							PM	
<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo	V	A		P							PM	
<i>Progne chalybea</i>	andorinha-grande	V	G	AG	P							PM	
<i>Tachycineta albiventer</i>	andorinha-do-rio	V	F		P								
<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-sobre-branco	V	A		P								
<i>Tachycineta leucopyga</i>	andorinha-chilena	V	A		P							VS	
<i>Hirundo rustica</i>	andorinha-de-bando	V	G	AG	P							VN	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	andorinha-de-dorso-acanelado	V	A		P							VN	
TROGLODYTIDAE													
<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	T	F		P								
<i>Cistothorus platensis</i>	corruíra-do-campo	T	A	CA	P						CR		
<i>Campylorhynchus turdinus</i>	catatau	T	F		P								
POLIOPTILIDAE													
<i>Poliophtila lactea</i>	balança-rabo-leitoso	T	F		M		x						
TURDIDAE													
<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una	T	F		M							Alt	
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	T	F		P								
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	T	F		P								
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	T	F		P							PM	
<i>Turdus subalaris</i>	sabiá-ferreiro	T	F		P							PM	
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	T	F		M							Alt	
MIMIDAE													
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	T	G		P								
<i>Mimus triurus</i>	calhandra-de-três-rabos	T	A		P							VS	
ESTRILDIDAE													
<i>Estrilda astrild</i> exo	bico-de-lacre	T	A		P								
PASSERIDAE													
<i>Passer domesticus</i> exo	pardal	T	G		P								
MOTACILLIDAE													
<i>Anthus chii</i>	caminheiro-zumbidor	T	A	CL	P								
<i>Anthus correndera</i>	caminheiro-de-espora	T	A		P							PM	
<i>Anthus nattereri</i>	caminheiro-dourado	T	A		G			x	VU	VU	CR		

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Anthus hellmayri</i>	caminheiro-de-barriga-acanelada	T	A		P								
FRINGILLIDAE													
<i>Spinus magellanicus</i>	pintassilgo	T	A		G							Alt	
<i>Cyanophonia cyanocephala</i>	gaturamo-rei	T	F		P							Alt	
<i>Chlorophonia cyanea</i>	gaturamo-bandeira	T	F		M		x					Alt	
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	T	F		P								
<i>Euphonia chalybea</i>	cais-cais	T	F		M		x						
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	T	F		P								
PASSERELLIDAE													
<i>Ammodramus humeralis</i>	tico-ticodo-campo	T	A		P								
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	T	G		P							Alt	
ICTERIDAE													
<i>Leistes superciliaris</i>	polícia-inglesa-do-sul	T	A		P								
<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	T	F	NI	P								
<i>Icterus pyrrhopterus</i>	encontro	T	F		M								
<i>Molothrus rufoaxillaris</i>	chupim-azeviche	T	A		P								
<i>Molothrus oryzivorus</i>	iraúna-grande	T	F		P								
<i>Molothrus bonariensis</i>	chupim	T	F		P							Alt	
<i>Gnorimopsar chopi</i>	pássaro-preto	T	A		P								
<i>Chrysomus ruficapillus</i>	garibaldi	T	A	CH	P								
<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	chupim-do-brejo	T	A	CH	P								
PARULIDAE													
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	T	F		P								
<i>Setophaga pitiayumi</i>	mariquita	T	F		M							Alt	
<i>Myiothlypis leucoblephara</i>	pula-pula-assobiador	T	F		M								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Myiothlypis rivularis</i>	pul-pula-ribeirinho	T	F	BR	M		x						
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	T	F		M								
CARDINALIDAE													
<i>Piranga flava</i>	sanhaço-de-fogo	T	F		P							Alt	
<i>Habia rubica</i>	tiê-de-bando	T	F		G								
<i>Amaurospiza moesta</i>	negrinho-do-mato	T	F	BB	M								
<i>Cyanoloxia glaucocerulea</i>	azulinho	T	A		P							PM	
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão	T	G		M								
THRAUPIDAE													
<i>Orchesticus abeillei</i>	sanhaço-pardo	T	F		M		x						
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	T	A	CH	P								
<i>Emberizoides herbicola</i>	canário-do-campo	T	A	CA	P								
<i>Hemithraupis guira</i>	saíra-de-papo-preto	T	F		P								
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	T	F		P							PM	
<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	T	F		P							Alt	
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro	T	F		P								
<i>Saltator maxillosus</i>	bico-grosso	T	F		M		x					Alt	
<i>Saltator fuliginosus</i>	bico-de-pimenta	T	F		M		x						
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	T	F		P								
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	T	A		P							Alt	
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete	T	F		M								
<i>Coryphospingus cucullatus</i>	tico-tico-rei	T	F		P								
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	T	F		P		x						
<i>Sporophila caerulescens</i>	coleirinho	T	A		P							PM	
<i>Sporophila hypoxantha</i>	caboclinho-de-barriga-vermelha	T	A	CH	G					VU	VU	PM	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR		
<i>Sporophila angolensis</i>	curió	T	F		P						VU		
<i>Poospiza nigrorufa</i>	quem-te-vestiu	T	A	CH	M								
<i>Thlypopsis pyrrhocomma</i>	cabecinha-castanha	T	F		M		x						
<i>Castanozoster thoracicus</i>	peito-pinhão	T	F		M	x	x						
<i>Donacospiza albifrons</i>	tico-tico-do-banhado	T	A	CH	P								
<i>Microspingus cabanisi</i>	queto-do-sul	T	F		M		x						
<i>Conirostrum speciosum</i>	figuinha-de-rabo-castanho	T	F		P								
<i>Sicalis citrina</i>	canário-rasteiro	T	A	AR	M								
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra	T	G		P								
<i>Sicalis luteola</i>	tipio	T	A		P								
<i>Haplospiza unicolor</i>	cigarra-bambu	T	F	BB	M		x						
<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva	T	F		P							Alt	
<i>Rauenia bonariensis</i>	sanhaço-papa-laranja	T	F		P								
<i>Stephanophorus diadematus</i>	sanhaço-frade	T	F		P								
<i>Cissopis leverianus</i>	tietinga	T	F		P								
<i>Paroaria coronata</i>	cardeal	T	G		P								
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaço-cinzento	T	F		P								
<i>Stilpnia preciosa</i>	saíra-preciosa	T	F		P								

Legenda: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; D, aquático dulcícola; M, aquático marinho; V, aerícola); UH, uso do habitat (A, espécie de habitats abertos; G, espécie generalista; F, espécie florestal); EH, dependência de habitats ou condições ecológicas particulares (AE, alimentação especializada; AG, grandes agregações uni-específicas sazonais/circadianas; AR, afloramentos rochosos e cavernas; BH, brejos com vegetação herbácea densa; BR, beiras de rios, matas ciliares; BU, buritizais/carnaubais; CA, campo arbustivo; CB, brenhas, cipoais, bromélias; CC, corticícola; CH, campo úmido; CL, campo limpo; HL, habitats lacustres grandes; MS, matas secas; NI, ninhais; PF, praias fluviais). GS – Grau de sensibilidade a antropismos (P, pequena, espécie resiliente; M, média, espécie pouco sensível; G, alta, espécie sensível). **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; CE, endêmica do Cerrado; CS, endêmica dos Campos Sulinos; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), Criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo; EN, em perigo; VU, vulnerável; LC, menos preocupante. Migração (MIG): VN, visitante setentrional; VS, visitante meridional; VL, visitante do leste; VO, visitante do oeste); P12: mencionadas como migratórias pela Portaria nº12/2018, nos apêndices 1 ou 2.

Lista de herpetofauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

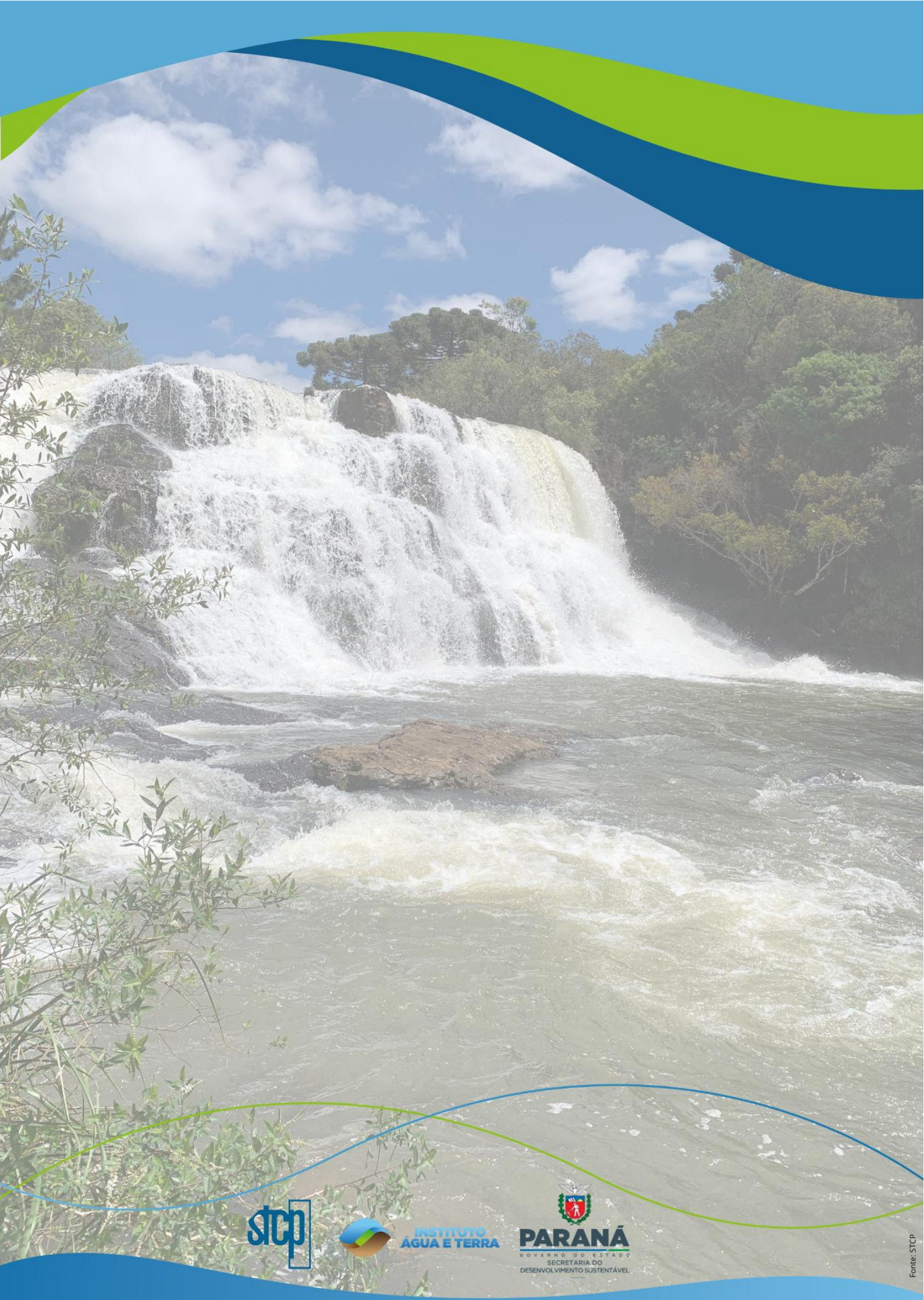
TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
ANFÍBIOS									
ANURA									
BRACHYCEPHALIDAE									
<i>Ischnocnema henselii</i>	rã-do-mato	T	TE	FL		x			
BUFONIDAE									
<i>Rhinella henseli</i>	sapo-galinha	T, A	TE	FL, BN		x			
<i>Rhinella icterica</i>	sapo-comum	T, A	TE	FL, BN					
ODONTOPHRYNIDAE									
<i>Odontophrynus americanus</i>	sapo-da-terra	T	SF	CS, BN					
<i>Proceratophrys avelinoi</i>	sapinho-de-chifres	T, A	SF	FL, BN					
HYLIDAE									
<i>Aplastodiscus perviridis</i>	perereca-verde	T	ES	MC, RF		x			
<i>Dendropsophus minutus</i>	pererequinha	T, A	ES, AS	BN, MC					
<i>Dendropsophus nanus</i>	pererequinha	T, A	ES, AS	BN					
<i>Boana albopunctata</i>	perereca-cabrinha	T, A	ES, AS	BN					
<i>Boana bischoffi</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC		x			
<i>Boana faber</i>	sapo-ferreiro	T, A	ES, AS	BN, MC					
<i>Boana prasina</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC					
<i>Scinax fuscovarius</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC, FL					
<i>Scinax berthae</i>	pererequinha	T, A	ES, AS	BN, MC					
PHYLLOMEDUSIDAE									
<i>Phyllomedusa tetraploidea</i>	perereca-verde	T	ES	BN, MC					

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
LEPTODACTYLIDAE									
Leptodactylus luctator	rã-manteiga	T, A	TE, AS	BN, CS					
Leptodactylus fuscus	rã	T, A	TE, AS	BN, CS, CE					
Physalaemus cuvieri	rã-cachorro	T, A	TE, AS	BN, CS, CE					
Physalaemus gracilis	rã-chorona	T, A	TE, AS	BN					
MICROHYLIDAE									
Elachistocleis bicolor	rã-guardinha	T, A	TE, AS	BN, CS					
RANIDAE									
Lithobates catesbeianus exo	rã-touro	T, A	TE, AS	BN					
RÉPTEIS									
TESTUDINES									
CHELIDAE									
Hydromedusa tectifera	cágado-pescoço-de-cobra	T, A	TE, AS	RF, RE, RL					
Phrynops geoffroanus	cágado-de-rio	T, A	TE, AS	RE					
SQUAMATA (LAGARTOS)									
GEKKONIDAE									
Hemidactylus mabouia exo	lagartixa-de-parede	T	ES	FL, CE, CS					
POLYCHROTIDAE									
Urostrophus grilli	lagartixa	T	AR, TE	FL					
Enyalius perditus	camaleão	T	ES, TE	FL	x	x			
ANGUIDAE									
Ophiodes fragilis	cobra-de-vidro	T	TE	FL, BN		x			
MABUYIDAE									
Aspronema dorsivittatum	lagartixa-lisa	T	TE	CS, CE					
TEIIDAE									

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Salvator merianae</i>	teiú	T	TE	FL, CS, BN, CE					
GYMNOPHTHALMIDAE									
<i>Cercosaura schreibersii</i>	lagartixa-do-campo	T	TE	CS					
SQUAMATA (ANFISBENAS)									
AMPHISBAENIDAE									
<i>Amphisbaena mertensii</i>	cobra-cega	T	FS	CS, CE					
<i>Amphisbaena trachura</i>	cobra-cega	T	FS	FL, CS					
SQUAMATA (SERPENTES)									
ANOMALEPIDIDAE									
<i>Liotyphlops ternetzii</i>	cobra-cega	T	FS	FL, CS					
COLUBRIDAE									
<i>Chironius bicarinatus</i>	cobra-cipó	T	AR, TE	FL					
<i>Chironius gouveai</i>	cobra-cipó	T	AR, TE	FL		x			
DIPSADIDAE									
<i>Atractus reticulatus</i>	cobra-da-terra	T	SF	CS					
<i>Boiruna maculata</i>	muçurana	T	TE	FL, CE					
<i>Echinanthera cyanopleura</i>	cobrinha-da-mata	T	TE	FL		x			
<i>Erythrolamprus miliaris</i>	cobra-d'água	T, A	TE, AS	FL, BN, RC					
<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	cobra-d'água	T	TE	CS, CE, BN					
<i>Oxyrhopus clathratus</i>	coral-falsa	T	TE	FL					
<i>Oxyrhopus rhombifer</i>	coral-falsa	T	TE	CS, CE, BN					
<i>Paraphimophis rusticus</i>	muçurana-parda	T	TE	FL, CS					
<i>Philodryas aestiva</i>	cobra-verde	T	TE, AR	FL, CE					
<i>Philodryas olfersii</i>	cobra-verde	T	TE, AR	FL, CS, CE, BN					
<i>Pseudablabes patagoniensis</i>	parelheira, corre-campo	T	TE, ES	CS, CE, BN					

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Pseudoboa haasi</i>	muçurana	T	TE	FL	x	x			
<i>Dibbernardia affinis</i>	cobrinha-da-mata	T	TE	FL	x	x			
<i>Dibbernardia bilineata</i>	cobrinha-da-mata	T	TE	FL	x	x			
<i>Dryophylax nattereri</i>	cobra-espada	T	TE, ES	FL, MC, BN					
<i>Mesotes strigatus</i>	cobra-espada	T	TE	FL, MC, BN					
<i>Tomodon dorsatus</i>	cobra-espada	T	TE	FL, MC					
<i>Xenodon merremii</i>	boipeva	T	TE	CS, CE, BN					
<i>Xenodon neuwiedii</i>	boipeva-da-mata	T	TE	FL		x			
ELAPIDAE									
<i>Micrurus altirostris</i>	coral-verdadeira	T	TE, SF	FL, CS					
VIPERIDAE									
<i>Bothrops alternatus</i>	urutu	T	TE	CE, CS, BN					
<i>Bothrops jararaca</i>	jararaca	T	TE, ES	FL, MC		x			
<i>Bothrops neuwiedi</i>	jararaca-pintada	T	TE	FL, CE					
<i>Crotalus durissus</i>	cascavel	T	TE	CS, CE					

Legenda: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; A, aquático); DES, deslocamento (AQ, aquática, AS, semiaquática, ES, escansorial, AR, arborícola, TE, terrícola, SF, semifossorial, FS, fossorial); HE, habitats especiais (FL: florestas; CS: campos secos; BN: banhados, campos úmidos e várzeas; AR: afloramentos rochosos; MC: matas ciliares; RF: riachos e nascentes em ambientes florestais; RC: riachos e nascentes em ambientes abertos; RE: grandes rios encachoeirados e com afloramentos rochosos; RL: grandes rios com fundos lodosos ou arenosos); **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), Criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo; EN, em perigo; VU, vulnerável; NT, quase ameaçada; DD, deficiente em dados. * Espécie exótica.



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA



Foto: STCP